

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
1	<a href="#">PL 1858/1991</a>	Equipara o salário profissional e jornada de trabalho do psicólogo ao do cirurgião-dentista e do médico.	Câmara dos Deputados	piso salarial; jornada de trabalho	Retirado de pauta por Acordo dos Srs. Líderes	06/11/2003	Sigmaringa Seixas	PT	DF
2	<a href="#">PL 3415/2012</a>	Aumenta para um terço o período de cumprimento da pena para progressão de regime do condenado e exige avaliação psicossocial realizada por comissão Técnica de Avaliação.	Câmara dos Deputados	lei de execução penal; avaliação psicossocial	Apensado ao PL 4500/2001. Encaminhada à publicação. Avulso Inicial	29/03/2012	Keiko Ota	PSB	SP
3	<a href="#">PL 1418/2011</a>	Dispõe sobre o acesso do candidato aos motivos de sua reprovação em exame psicológico para cargo ou emprego na administração pública federal e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	trabalho; concurso público; exame psicológico	Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-252/2003 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA ) Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-626/2015 porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s)	26/04/2013	Walney Rocha	PR	GO
4	<a href="#">PL 7811/2010</a>	Regulamenta o exercício da atividade, define as atribuições do Perito Judicial e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	perito judicial; regulamentação	Retirado de tramitação pelo autor	12/11/2013	Arnaldo Faria de Sá	PSB	RJ
5	<a href="#">PL 4247/2008</a>	Consolida a legislação sanitária federal.	Câmara dos Deputados	saúde; legislação sanitária federal	Adiada a votação em face do encerramento da Sessão.	29/04/2014	Tiã Vianna	PSB	SE
6	<a href="#">PL 1444/2003</a>	Altera lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, a fim de dispor sobre o exame de suficiência para o exercício das profissões de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional.	Câmara dos Deputados	exame de suficiência	Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. DCD do dia 01/02/15 PÁG. 03 COL 01 Suplemento.	31/01/2015	Abelardo Lupion	PT	SP
7	<a href="#">PL 7855/2010</a>	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Psicopedagogo com abertura para atuação nas especificidades tangentes à Qualidade da Humanização Hospitalar em Setores Infantis e à Preservação de Incapacidade Proteção à Independência de Idosos.	Câmara dos Deputados	psicopedagogia; regulamentação	Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	31/01/2015	Neilton Mulim	PSDB	DF
8	<a href="#">PL 559/2007</a>	Dispõe sobre a realização de exame de suficiência como requisito para a obtenção de registro profissional.	Câmara dos Deputados		Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	31/01/2015	Joaquim Beltrão		
9	<a href="#">PL 5434/2013</a>	Altera os arts. 5º e 6º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para dispor sobre isenção de anuidades cobradas por conselhos profissionais.	Câmara dos Deputados	conselhos profissionais; anuidade	Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	31/01/2015	Lauriete	PR	RJ
10	<a href="#">PL 6018/2013</a>	Determina que todos os Conselhos profissionais concedam isenção da taxa de anuidade aos seus membros portadores de neoplasia maligna.	Câmara dos Deputados	conselhos profissionais; anuidade	Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	31/01/2015	Leonardo Gadelha	PMDB	AL
11	<a href="#">PL 5981/2009</a>	Dispõe sobre a avaliação psicológica de puérperas.	Câmara dos Deputados	saúde; mulher; assistência psicológica; puérperas	Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	31/01/2015	Carlos Alberto Leréia	PT	PE

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
12	<a href="#">PL 1687/2011</a>	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir a avaliação psicológica nos cursos de reciclagem de motoristas infratores.	Câmara dos Deputados	avaliação psicológica; motoristas	Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. DCD 01/02/15 PAG 58 COL 01. Suplemento.	31/01/2015	Antônio Roberto	PT	PR
13	<a href="#">PLS 6838/2013</a>	Estabelece a obrigatoriedade de exames que avaliem a capacidade psicológica de candidatos ao ingresso nos órgãos de segurança pública, nas guardas municipais armadas e no cargo de agente penitenciário e a avaliação anual, por junta composta por médico, psicólogo e assistente social, dos integrantes desses órgãos que estiverem no serviço ativo.	Câmara dos Deputados	exame psicológico; policiais	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-145/2015. Apensado ao PL 3405/2008	09/02/2015	Eliene Lima		
14	<a href="#">PL 309/1999</a>	Prevê atendimento de saúde compatível aos presos, e dá outras providências. Explicação: Altera a Lei nº 7.210, de 1984.	Câmara dos Deputados	lei de execução penal; saúde	Apensado ao PL 289/1999. Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-156/2015.	09/02/2015	Enio Bacci	PSB	SP
15	<a href="#">PL 2150/2011</a>	Torna obrigatória a disponibilização dos motivos da reprovação dos candidatos em exame psicológico para cargo ou emprego na administração pública e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	trabalho; concurso público; exame psicológico	Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-1418/2011  PLENÁRIO - Apresentação do Requerimento de Desarquivamento de Proposições n. 626/2015, pelo Deputado Walney Rocha (PTB-RJ), que: "Dos termos do Art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro o desarquivamento das seguintes proposições a seguir relacionadas abaixo:  PL 941/2011; PL 1417/2011; PL 1418/2011; PL 1419/2011; PL 1680/2011; PL 1920/2011; PL 2121/2011; PL 2961/2011; PL 4051/2012; PL5001/2013; PL 5493/2013.  Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-626/2015 porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s).	26/02/2015	Nelson Bornier	PT	SP
16	<a href="#">PLS 193/2013</a>	Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar a extensão das disposições da Lei às entidades de fiscalização profissional.	Senado Federal	conselhos profissionais	Matéria aguardando distribuição.	10/03/2015	Pedro Taques	PMDB	MS
17	<a href="#">PLS 166/2010</a>	Reforma o Código de Processo Civil (aborda a atuação do Perito e Assistente Técnico, do Mediador e do Conciliador). Revoga a Lei nº 5.869, de 1973.	Senado Federal		Transformado na Lei Ordinária 13105/2015	16/03/2015	José Sarney	DEM	GO

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
18	<a href="#">PEC 185/2003</a>	Inclui os Conselhos de Fiscalização Profissional como agentes fiscalizadores das atividades profissionais, dando-lhes poder para solicitar ação de inconstitucionalidade; regula o regime de trabalho dos servidores destes Conselhos e extingue a competência privativa da União de fixar contribuição social, transferindo aos Conselhos Federais de profissões regulamentadas; altera a Constituição Federal de 1988.	Câmara dos Deputados	ação de inconstitucionalidade; conselhos profissionais	Desarquivada nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-994/2015.	19/03/2015	Pedro Henry		
19	<a href="#">PLS 617/2007</a>	Altera o Art. 3º da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que "dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental."	Senado Federal	saúde mental	ARQUIVADO	30/03/2015	Pedro Simon	DEM	RS
20	<a href="#">PL 513/2015</a>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exame de proficiência para todas as profissões regulamentadas.	Câmara dos Deputados	exame de proficiência	Apensado ao PL 6253/2013. Comissão de Trabalho, de Administração e Serviços Públicos (CTASP)	10/04/2015	Fausto Pinato	PSC	SP
21	<a href="#">PL 861/2011</a>	Dispõe sobre atendimento psicológico nos hospitais públicos para pacientes com vitiligo.	Câmara dos Deputados	saúde; acompanhamento psicológico; vitiligo	Arquivado nos termos do artigo 133 do RICD (rejeição na Comissão de mérito). DCD 25/04/15 PÁG 71 COL 01.	24/04/2015	José Olimpio	PT	AC
22	<a href="#">PLC 118/2011</a>	Dispõe sobre o exame de aptidão física e mental com vistas à detecção do Transtorno de Déficit de Atenção e/ou Hiperatividade – TDAH em motociclistas.	Senado Federal	educação; tdah	Matéria aguardando distribuição em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.	11/05/2015	Osmar Terra	PSD	RN
23	<a href="#">PLC 131/2012</a>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as agências de modelos, com sede no Brasil, manterem médicos especialistas (endocrinologistas e psicólogos), para acompanhamento da saúde física e mental de todas as jovens contratadas e dá outras providências.	Senado Federal	saúde; agência de modelos	Em Reunião Extraordinária realizada nesta data, é aprovado EXTRAPAUTA o Requerimento nº 18, de 2015-CAS, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata, solicitando Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2012, nos termos do artigo 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal. (fl. 31)	13/05/2015	Enio Bacci	DEM	SP
24	<a href="#">PL 5165/2009</a>	Dispõe sobre estágios como componente curricular do curso superior de graduação em Psicologia. (Estágio curricular em empreendimentos ou projetos de interesse social).	Câmara dos Deputados	formação; psicologia; estágio	Parecer do Relator, Dep. Chico Alencar (PSOL-RJ), pela inconstitucionalidade deste e da Emenda da Comissão de Educação e Cultura.	27/05/2015	Jefferson Campos	PMDB	RS
25	<a href="#">PL 3397/2012</a>	Garante a realização de cirurgias reparadoras e reconstrutivas e assistência social e psicológica, gratuitamente, às vítimas de escalpelamento.	Câmara dos Deputados	saúde; assistência psicológica; escalpelamento	Recebimento pela CFT, apensado ao PL-1879/2007	07/08/2015	Janete Capiberibe	PSC	SP
26	<a href="#">PL 7036/2014</a>	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para criar o Fórum Nacional de Ordenação de Recursos Humanos na Saúde.	Câmara dos Deputados	saúde; lei orgânica da saúde; recursos humanos	Devolução à CCP	21/08/2015	Rogério Carvalho	PSD	TO
27	<a href="#">PEC 362/2009</a>	Dispõe sobre planos de carreira do Sistema Único de Saúde e dá outras providências, por meio de acréscimo de parágrafos ao art. 198 da Constituição Federal. Plano de Carreira do SUS.	Câmara dos Deputados	saúde; sus	Devolução à CCP	14/09/2015	Maurício Rands		

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
28	<a href="#">PL 1169/2011</a>	Dispõe sobre o certificado de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde e sua exigência nas provas de títulos dos concursos públicos no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.	Câmara dos Deputados	formação; psicologia; residência multiprofissional	Devolução à CCP, arquivado de acordo com o art. 105 do RICD.	17/09/2015	Rogério Carvalho	PSB	AP
29	<a href="#">PL 7200/2010</a>	Altera o § 1º do art. 42 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a ampliação da participação dos profissionais de saúde na perícia da Previdência Social.	Câmara dos Deputados	perícia; profissionais de saúde; Previdência Social	Arquivado nos termos do art. 54 combinado com o § 4º do art. 58 do RICD (inconstitucionalidade e/ou injuridicidade) DCD de 10/12/15 PÁG 287 COL 01.	09/12/2015	Ricardo Berzoini, Jô Moraes, Paulo Pereira da Silva e outros	PSB	PB
30	<a href="#">PL 7267/2002</a>	Adiciona-se dispositivo à Lei n.º 9.656, de 3 de junho de 1998, e dá outras providências. Explicação da Ementa: Estabelece a cobertura, pelos planos de saúde, de sessões de Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Psicologia.	Câmara dos Deputados	saúde suplementar; planos de saúde; psicólogo	Recebimento pela CFT, apensado ao PL-4076/2001 Mesa Diretora da Camara dos Deputados, apensado ao PL 4294/2016.	12/02/2016	José Carlos Coutinho	PMDB	SC
31	<a href="#">PL 5329/2005</a>	Altera dispositivos processuais penais sobre oitiva da vítima, em caso de crimes cometidos contra criança ou dolescente.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; escuta	Recebimento pela PL 8045/2010.	28/03/2016	Paulo Pimenta		
32	<a href="#">PL 209/2015</a>	Institui o atendimento psicopedagógico na Educação básica. Explicação da ementa: Altera a Lei nº 9.394 de 1996.	Câmara dos Deputados	educação; atendimento psicológico	Recebimento pela CFT, apensado ao PL-7646/2014	15/07/2016	Goulart	PT	DF
33	<a href="#">PLS 350/2014</a>	Altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina, para modificar as atividades privativas de médico.	Senado Federal	ato médico; medicina	Retirado pelo autor - arquivado	01/08/2016	Lúcia Vânia	DEM	RJ
34	<a href="#">PL 931/2011</a>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de acompanhamento psicológico para pessoas abrigadas em entidades como orfanatos, creches e asilos em todo o território nacional.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; acompanhamento psicológico	Parecer do Relator, Dep. Célio Silveira (PSDB-GO), pela rejeição.	03/08/2016	Lindomar Garçon	PMDB	SP
35	<a href="#">PLC 18/2012</a>	Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença do orientador educacional nas instituições públicas de educação básica.	Senado Federal	educação; psicólogo; orientador educacional	Aguardando designação de relator	19/10/2016	Marcos Montes	PTB	SP
36	<a href="#">PL 3688/2000</a>	Dispõe sobre a introdução de assistente social e psicólogo no quadro de profissionais de educação em cada escola.	Câmara dos Deputados	educação; psicólogo; assistente social	CCJC - aprovado parecer. Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 5446/2016, pela Dep. Jéssica Sales (PMDB-AC)	31/10/2016	José Carlos Elias		
37	<a href="#">PL 149/1999</a>	Torna obrigatório o curso de direção defensiva e primeiros socorros apenas para os condutores de transporte coletivo de passageiros, transporte escolar, de emergência e produtos perigosos. Altera a lei nº 9.503, de 1997.	Câmara dos Deputados	exame psicológico; motoristas	Plenário - Apresentado Requerimento de desapensação nº 5520. Mesa - Indeferido o pedido contido no Requerimento nº 5.520/2016, porquanto os Projetos de Lei n. 6.096/2016 e n. 149/1999 tratam de matérias correlatas.	21/11/2016	Enio Bacci	PSC	PA

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
38	<a href="#">PL 6804/2010</a>	Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, estabelecendo periodicidade para a avaliação psicológica de vigilantes e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	avaliação psicológica; vigilantes	Apensado ao PL 4305/2004. Plenário - Declarado prejudicado em face da aprovação do Projeto de Lei nº 4.238 de 2012, principal (Sessão Deliberativa Extraordinária de 29/11/2016 – 18:55).	29/11/2016	Eliene Lima		
39	<a href="#">PL 7569/2014</a>	Dispõe sobre a implantação do programa de atendimento psicológico às vítimas de alienação parental, amparadas pela lei 12.318/2010 (lei de alienação parental).	Câmara dos Deputados	saúde; criança e adolescente; assistência psicológica; alienação parental	Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	15/12/2016	Lúcio Vieira Lima	PSDB	SP
40	<a href="#">PL 6126/2013</a>	Altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina.	Câmara dos Deputados	ato médico; medicina	Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	26/12/2016	Poder Executivo	PSD	BA
41	<a href="#">PLC 211/2015</a>	Institui o Dia Nacional do Psicólogo.		dia nacional do psicólogo	Transformado na Lei Ordinária 13407/2016. DOU 27/12/16 PÁG 05 COL 01.	26/12/2016	Jorge Silva	PMDB	SP
42	<a href="#">PLC 31/2010</a>	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia	Senado Federal	psicopedagogia; regulamentação	Aguardando inclusão de requerimento em ordem do dia	20/02/2017	Raquel Teixeira	PTB	DF
43	<a href="#">PLC 196/2009</a>	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia.	Senado Federal	psicopedagogia; regulamentação	Aguardando inclusão de requerimento em ordem do dia	21/02/2017	Arnaldo Faria de Sá	DEM	MG
44	<a href="#">PL 3405/2008</a>	Estabelece a obrigatoriedade do Estado em oferecer exame psicológico em policiais civis e militares, policiais federais e agentes penitenciários que estiverem em atividade e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	exame psicológico; policiais	Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.	12/04/2017	Talmir	PSC	RJ
45	<a href="#">PL 6253/2013</a>	Dispõe sobre a habilitação para os exames e provas de suficiência exigidos como requisito para a obtenção do registro profissional.	Câmara dos Deputados	exame de proficiência	Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para atender à solicitação constante do Ofício nº 279/2017, da Presidência do Senado Federal, referente à leitura de requerimento de audiência de outra Comissão (fls. 17 e 18). À SLSF.	17/04/2017	Wilson Filho	PV	SP
46	<a href="#">PLS 79/2013</a>	Dispõe sobre o serviço civil obrigatório para os profissionais de saúde.	Senado Federal	serviço civil obrigatório	Na 7ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, é realizada Audiência Pública destinada à instrução da matéria, conforme Requerimentos nº 56, de 2015-CE, do Senador Paulo Paim; nº 8, de 2017-CE, do Senador Cristovam Buarque e da Senadora Lúcia Vânia, e nº 14, de 2017-CE, do Senador Paulo Paim e da Senadora Lúcia Vânia, com a presença dos seguintes convidados: Geraldo Adão Santos, Membro do Conselho Nacional de Saúde; Ricardo Chaves de Rezende Martins, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, e Lúcio Flávio Gonzaga Filho, Membro do Conselho Federal de Medicina. Encaminhado ao Gabinete do Relator, Senador Paulo Paim, para análise da matéria após realização da Audiência Pública.	19/04/2017	Jayme Campos	DEM	DF

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
47	<a href="#">PLS 157/2017</a>	Altera as Leis nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências; e nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências, para dispor sobre a assistência psiquiátrica e psicológica a ser oferecida a médicos residentes e a alunos de graduação em Medicina.	Senado Federal	saúde; assistência psicológica; médicos residentes	Aprovada no Senado e remetida à Câmara	25/04/2017	Maria do Carmo Alves	PR	SP
48	<a href="#">PL 1543/2015</a>	Inserir dispositivo na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de forma a dispor sobre a obrigação de que as redes públicas de educação básica contem com serviços de apoio técnico de psicologia para atender as necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação.	Câmara dos Deputados	educação; atendimento psicológico	Recebimento pela CSSF. Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO), apensado ao PL 8013/2014.	26/04/2017	Jorge Silva	PDT	MS
49	<a href="#">PL 7986/2014</a>	Dispõe sobre a criação do Programa Creche Saudável visando propiciar o acompanhamento médico, nutricional e psicológico para crianças nas creches públicas e comunitárias.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente, atendimento psicológico	Recebimento pela CIDOSO, apensado ao PL-1616/2011	26/04/2017	Vitor Paulo	PV	RJ
50	<a href="#">PL 8013/2014</a>	Dispõe sobre a assistência psicológica ao educando da educação básica.	Câmara dos Deputados	educação; atendimento psicológico	Recebimento pela CIDOSO, apensado ao PL-7986/2014	26/04/2017	Jorge Silva	PDT	RS
51	<a href="#">PL 4533/2012</a>	Altera o art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para exigir, nas universidades, percentagens específicas mínimas para doutores, mestres e docentes com regimes de trabalho em tempo integral.	Câmara dos Deputados	educação; ensino superior	Indeferido o Requerimento n. 6.310/2017, conforme despacho do seguinte teor: "Indefero o pedido contido no Requerimento n. 6.310/2017, eis que o Projeto de Lei n. 4.533/2012 e seus apensos versam sobre matérias de competência de mais de três Comissões que devem se pronunciar quanto ao mérito, nos termos do art. 34, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o que inviabiliza o envio do bloco para análise da Comissão de Educação.	08/05/2017	Arthur Virgílio	PSDB	SP
52	<a href="#">PL 2908/2015</a>	Regulamenta o exercício da atividade de Conselheiro em Dependência Química.	Câmara dos Deputados	saúde; drogas; conselheiro; dependente químico	Aprovado requerimento do Sr. Jorge Solla que requer a realização de audiência pública para debater o PL 2.908/2015.	10/05/2017	Comissão de Legislação Participativa	PMDB	RS
53	<a href="#">PL 8085/2014</a>	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular em vias públicas para fins de formação de condutores.	Câmara dos Deputados	trânsito; psicologia	À CESP o Memorando nº 75/17 - COPER solicitando a devolução dos PLs 1.584/2015, 2.316/2015, 2.569/2015, 2.749/2015, 2.972/2015, 3.384/2015, 4.312/2016, 5.794/2016 e 6.514/2016, anteriormente apensados ao de nº 8085/14.	19/05/2017	Ana Amélia	PT	PE
54	<a href="#">PL 5592/2016</a>	Institui a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de 0 a 3 (três) anos - Precoce.	Câmara dos Deputados	educação; criança e adolescente	Comissão de Educação ( CE ) Aprovado o Parecer.	13/06/2017	Érika Kokay	PT	PE

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
55	<a href="#">PL 7683/2017</a>	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais	Câmara dos Deputados	saúde; assistência psicológica; atletas	Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	20/06/2017	Marcelo Crivella	PMDB	SP
56	<a href="#">PL 1616/2011</a>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de um profissional da área de enfermagem, enfermeiro ou técnico de enfermagem, nas unidades da rede pública de creches e escolas de educação infantil, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente, atendimento psicológico	Apense-se a este(a) o(a) PL-7834/2017.	26/06/2017	Sueli Vidigal	PTB	SP
57	<a href="#">PL7646/2014</a>	Institui a política de assistência psicopedagógica em todas as escolas da rede pública de ensino.	Câmara dos Deputados	educação; assistência psicopedagógica	Recebido o Informativo da CONOF.	04/07/2017	Lucio Vieira Lima	PT	MT
58	<a href="#">PLS 98/2015</a>	Altera a redação dos artigos 147 e 148 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir a avaliação psicológica de todos os motoristas a partir da primeira habilitação.	Senado Federal	avaliação psicológica; vigilantes	Recebido, às 15h30min, o Relatório do Senador Eduardo Amorim, com voto pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.	05/07/2017	Davi Alcolumbre	PP	DF
59	<a href="#">PLC 76/2011</a>	Determina a obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica.	Senado Federal	educação; educação básica; assistência psicológica; psicólogo	Aguardando inclusão ordem do dia de requerimento	17/07/2017	Raquel Teixeira	PMDB	AL
60	<a href="#">PLS 557/2013</a>	Dispõe sobre o atendimento psicológico ou psicopedagógico para estudantes e profissionais da educação.	Senado Federal	educação; atendimento psicológico	Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 587, de 2017, do Senador Romero Jucá, de audiência da CAE.	17/07/2017	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	PSB	RJ
61	<a href="#">PLS 334/2013</a>	Dispõe sobre o exercício da profissão de Gerontólogo e dá outras providências.	Senado Federal	gerontólogo; regulamentação	Recebido novo Relatório do Senador Elmano Férrer, com voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2013, pela aprovação das emendas nºs 1, 2, 4 e 5 - CDH e da emenda apresentada na CAS pelo Senador Eduardo Amorim, e pela rejeição da emenda nº 3 - CDH, na forma da seguinte emenda Substitutiva que apresenta. (fls. 47 a 53).	03/08/2017	Paulo Paim	PMDB	GO
62	<a href="#">PL 1426/2015</a>	Tipifica como crime o exercício ilegal das profissões de saúde de nível superior.	Câmara dos Deputados	saúde; exercício ilegal	Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	09/08/2017	Mara Gabrilli	PT	RS
63	<a href="#">PL 2049/2011</a>	Dispõe sobre o acompanhamento psicológico nos hospitais públicos para pacientes com câncer de mama e/ou câncer do colo do útero.	Câmara dos Deputados	saúde; acompanhamento psicológico; câncer	Arquivado nos termos do artigo 133 do RICD (rejeição na Comissão de mérito). DCD 25/04/15 PÁG 71 COL 01.	15/08/2017	Eliane Rolim	PMDB	MS
64	<a href="#">PL 769/2015</a>	Altera a Lei nº 4.119, de 27 de Agosto de 1962, que "dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo" para dispor sobre a jornada semanal de trabalho do psicólogo.	Câmara dos Deputados	jornada de trabalho; psicólogo	Retirado de pauta a requerimento dos deputados Dr. Sinval Malheiros e Diego Garcia.	16/08/2017	Felipe Bornier	PV	SP
65	<a href="#">PL 818/2015</a>	Estabelece a obrigatoriedade da presença de profissionais de psicologia nas unidades hospitalares e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	saúde; psicólogo; hospital	Aprovado requerimento do Sr. Diego Garcia que requer a realização de Audiência Pública para discutir o PL 818/2015.	23/08/2017	Major Olimpio	PRB	RJ

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
66	<a href="#">PEC 115/2015</a>	Estabelece que são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial, ressalvados os maiores de dezesesseis anos, observando-se o cumprimento da pena em estabelecimento separado dos maiores de dezoito anos e dos menores inimputáveis, em casos de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte.	Senado Federal	maioridade penal; imputabilidade penal	Matéria incluída na Pauta da Comissão.	01/09/2017	Benedito Domingos	PMDB	SP
67	<a href="#">PEC 33/2012</a>	Altera o art. 129 da Constituição Federal para dispor que são funções institucionais do Ministério Público promover, privativamente, a ação penal pública e o incidente de desconsideração de inimputabilidade penal de menores de dezoito e maiores de dezesesseis anos. Altera o art. 228 da Constituição Federal para dispor que Lei Complementar estabelecerá os casos em que o Ministério Público poderá propor, nos procedimentos para a apuração de ato infracional praticado por menor de dezoito e maior de dezesesseis anos, incidente de desconsideração da sua inimputabilidade.	Senado Federal	maioridade penal; imputabilidade penal	Matéria incluída na Pauta da Comissão.	01/09/2017	Aloysio Nunes Ferreira, Aécio Neves, Alvaro Dias, Ana Amélia, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Blairo Maggi, Casildo Maldaner, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Eduardo Braga, Eunício Oliveira, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Jayme Campos, João Capiberibe, Jorge Afonso Argello, José Agripino, José Pimentel, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Taques, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Zeze Perrella e outros	PT	PE
68	<a href="#">PL 1025/2015</a>	Dispõe sobre a obrigatoriedade das companhias aéreas a oferecer gratuitamente serviço de acompanhamento psicológico aos pilotos, copilotos e demais empregados.	Câmara dos Deputados	acompanhamento psicológico; pilotos	Devolvido sem Manifestação (Deputada Geovânia de Sá deixou de ser membro). CTASP - designado relator Dep. Roberto de Lucena (PV/SP). Devolvido pelo relator sem manifestação	12/09/2017	Bruno Covas	PR	MG
69	<a href="#">PL 3121/2012</a>	Concede incentivo fiscal às entidades desportivas da modalidade futebol que instituírem programas de recuperação de jovens drogados ou desempregados, mediante capacitação técnica ou profissional, ou atendimento médico, psicológico e social.	Câmara dos Deputados	saúde; drogas; futebol; incentivo fiscal	Apresentação do Voto em Separado n. 2 CSSF, pelo Deputado Jorge Solla (PT-BA), pela rejeição. CSSF - designado relator, Dep. Pr. Marco Feliciano (PSC/SP), que apresentou parecer pela aprovação.	27/09/2017	Irajá Abreu	PMDB	SP
70	<a href="#">PLS 394/2017</a>	Dispõe sobre o Estatuto da Adoção de Criança ou Adolescente. Explicação da Ementa: Estabelece o Estatuto da Adoção de Criança ou Adolescente, dispondo sobre direito à convivência familiar e comunitária, preferência da reinserção familiar, acolhimento familiar ou institucional, apadrinhamento afetivo, autoridade parental, guarda e adoção, e Justiça da Criança e do Adolescente.	Senado Federal	Social - Família, proteção a crianças, adolescentes, mulheres	Sen. Paulo Paim designado relator	08/11/2017	Randolfe Rodrigues	PP	RS

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
71	<a href="#">PEC 181/2015</a>	Altera o inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal para dispor sobre a licença-maternidade em caso de parto prematuro.	Câmara dos Deputados	direitos sociais; licença à gestante; parto prematuro; mulher; recém-nascido; aborto.	Aprovado o Parecer, ressalvados os destaques. Votaram Sim: 18; Não: 1; Total: 19.	09/11/2017	Sen. Magno Malta e outros	PT	SP
72	<a href="#">PEC 372/2017</a>	Altera o inciso XIV do art. 21, o § 4º do art. 32 e o art. 144 da Constituição Federal para criar as polícias penais federal, estaduais e distrital.	Câmara dos Deputados	polícia penal; segurança pública; transformação; carreira pública; agente penitenciário.	Prazo para Emendas à Proposta de Emenda à Constituição (10 sessões a partir de 23/05/2018)	16/11/2017	Sen. Cássio Cunha Lima	PMDB	SP
73	<a href="#">PL 1220/2007</a>	Dispõe sobre a elaboração de tabela de honorários médicos, odontológicos e de outros profissionais, como base mínima para contratos com as operadoras de planos de saúde.	Câmara dos Deputados	honorários; planos de saúde	Apensado ao PL-7419/2006. Plenário - Apresentação do Requerimento de Urgência pelos Líderes	12/12/2017	Jovair Arantes	PSDB	CE
74	<a href="#">PL 7419/2006</a>	Dispõe sobre a cobertura de despesas de acompanhante de menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar.	Câmara dos Deputados	honorários; planos de saúde	Apresentação do Parecer do Relator, PRL 3 PL741906, pelo Dep. Rogério Marinho	12/12/2017	Luiz Pontes	PSDB	SP
75	<a href="#">PLC 37/2013</a>	Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.	Senado Federal	drogas; usuário, dependente; tratamento; políticas públicas	Requerimento não apreciado na sessão de 13/12/2017, transferido para a sessão deliberativa de 14/12/2017. Juntado, à fl. 906, Ofício nº 93, de 2017, do Senador Lindbergh Farias, solicitando a retirada de sua assinatura do Requerimento nº 1.072, de 2017, de urgência para a matéria. Incluído Requerimento na Ordem do Dia da Sessão Deliberativa.	08/02/2018	Osmar Terra	PRB	RJ
76	<a href="#">Idea Legislativa</a>	Regulamentação da psicoterapia como prática privada de psicólogos	Senado Federal	torna privativo de psicólogo a atividade psicoterapia	Recebeu 28.504 apoio e passando de 20 mil a proposta será debatida pelos senadores	26/02/2018		PDT	ES
77	<a href="#">PL 5452/2016</a>	Acrescenta o art. 225-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever causa de aumento de pena para o crime de estupro cometido por duas ou mais pessoas. Explicação: Altera o Código Penal para prever causa de aumento de pena para o crime de estupro cometido por duas ou mais pessoas.	Senado Federal	Código Penal, crime sexual contra vulnerável, tipicidade, divulgação, pena do crime, estupro de vulnerável, estupro compartilhado, critério, aumento, pena.	Aprovada subemenda substitutiva global ao PL 5452-B/2016, apresentado pela relatora da CCJC, Dep. Laura Carneiro	12/03/2018	Vanessa Grazziotin	PDT	ES

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
78	<a href="#">PL 9904/2018</a>	Regulamenta o princípio da legalidade administrativa em todas as esferas da administração pública direta e indireta.	Câmara dos Deputados	Regulamentação, princípio da legalidade, administração direta e indireta, ato normativo, decisão administrativa, penalidade administrativa, agente público.		10/04/2018	aldir Colatto	DEM	AP
79	<a href="#">PL 626/2011</a>	Acrescenta parágrafo ao art. 8º Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente para garantir atendimento ambulatorial e psicológico à menor gestante.	Câmara dos Deputados	saúde; criança e adolescente; assistência psicológica; gestante	Devolvida à Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO)	12/04/2018	Jorge Tadeu Mudalen	PSOL	RJ
80	<a href="#">PLC 19/2018</a>	Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição, institui o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, dispõe sobre a segurança cidadã, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Segurança Pública; criança e adolescente; medida socioeducativo.	Designado relator, Sen. Antonio Anastasia	18/04/2018	Poder Executivo		
81	<a href="#">PL 5414/2016</a>	Altera o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Proíbe o incentivo do desenvolvimento e veiculação de programas de ensino à distância em curso da área de saúde.	Câmara dos Deputados	formação; psicologia, ensino à distância, saúde	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	19/04/2018	Rodrigo Pacheco	PT	PI
82	<a href="#">PL 3340/2000</a>	Determina que a criação de novos cursos superiores de direito dependerão de parecer da subseção da OAB, e de cursos de odontologia, medicina, psicologia e veterinária, de parecer da representação local dos respectivos conselhos regionais de classe, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	formação; psicologia; criação de cursos	Designado Relator, Dep. Wadih Damous (PT-RJ)	19/04/2018	Renato Silva	PSB	PA
83	<a href="#">PDC 912/2018</a>	Susta a Resolução N° 32, de 14 de Dezembro de 2017, da Comissão Intergestores Tripartite, do Ministério da Saúde, que "Estabelece as Diretrizes para o Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)".	Câmara dos Deputados	Sustação, Resolução, Ministério da Saúde, diretrizes, fortalecimento, Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.		19/04/2018	Érika Kokay, Jandira Feghali e Angelin	PSB	BA
84	<a href="#">PL 5680/2013</a>	Dispõe sobre a escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício profissional.	Câmara dos Deputados	conselhos profissionais	Designado Relator, Dep. Elizeu Dionizio (PSB-MS)	02/05/2018	Glauber Braga	PT	SP
85	<a href="#">PL 9622/2018</a>	Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências". Explicação da Ementa Condiciona o recebimento de patrocínio de bancos públicos pelos clubes de futebol e associações esportivas à adoção de medidas de proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual.	Câmara dos Deputados	Alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), condicionamento, patrocínio, clube esportivo, futebol, entidade desportiva, banco público, proteção, criança, adolescente, abuso, violência sexual.	Aprovado requerimento do Sr. Roberto Alves que Requer a Inclusão de convidada na Audiência Pública para debater o Projeto de Lei 9622 de 2018, que "acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências".	02/05/2018	Erika Kokay	SD	PE

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
86	<a href="#">PL 5001/2016</a>	Acrescenta inciso V ao art. 23 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer, como medida protetiva de urgência à ofendida, a frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação	Câmara dos Deputados	Lei Maria da Penha, reabilitação, educação, violência contra a mulher		02/05/2018	CCJC	PR	SP
87	<a href="#">PEC 383/2017</a>	Altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Câmara dos Deputados	SUAS	Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 383-A, de 2017, do Sr. Danilo Cabral e outros, que "altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)" ( PEC38317 )	23/05/2018	Dep. Danilo Cabral	PSD	RJ
88	<a href="#">PL 4364/2012</a>	Altera a Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia.	Câmara dos Deputados	Conselho Federal de Psicologia; Conselhos regionais de Psicologia	PLENÁRIO ( PLEN ) Apresentação do Requerimento de Reconstituição de proposição n. 8796/2018, pela Comissão de Seguridade Social e Família, que: "Requer reconstituição dos autos de proposições em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família".	06/06/2018	Poder Executivo	PRB	RJ
89	<a href="#">PL 7841/2014</a>	Dispõe sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica.	Câmara dos Deputados	revalidação de diploma	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA ) Em razão da apensação do PL 9.947 /2018 ao PL 7.841/2014, determino a inclusão da CFT, para que se manifeste quanto à adequação orçamentária da matéria. Às Comissões de Seguridade Social e Família; Educação; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Prioridade (Art. 151, II, RICD)	07/06/2018	Roberto Requião	PT	RS
90	<a href="#">PL 702/2015</a>	Dispõe sobre a avaliação psicológica de gestantes e puérperas.	Câmara dos Deputados	saúde; avaliação psicológica; puérperas	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Prazo para apresentação de recurso, nos termos do § 1º do art. 58 combinado com o § 2º do art. 132 do RICD (5 sessões a partir de 11/06/2018).	08/06/2018	Célio Silveira	PTN	RJ
91	<a href="#">PL 791/2011</a>	Altera o inciso III do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir validade legal de diploma de pós-graduação para o exercício profissional.	Câmara dos Deputados	formação; psicologia; pós-graduação	Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	13/06/2018	Jovair Arantes	PSDB	PB

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
92	<a href="#">PL 383/2017</a>	Altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Câmara dos Deputados	assistência social; financiamento	Instalada a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 383-A, de 2017, do Sr. Danilo Cabral e outros, que "altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)" ( PEC38317 )	13/06/2018	Danilo Cabral		
93	<a href="#">PL 1015/2015</a>	Altera a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que "Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo", para fixar o piso salarial da categoria.	Câmara dos Deputados	piso salarial; psicólogo	Retirado de pauta, de ofício, em razão da aprovação do Requerimento 388/2017.	13/06/2018	Jorge Silva		
94	<a href="#">PL 1549/2003</a>	Disciplina o exercício profissional de Acupuntura e determina outras providências.	Câmara dos Deputados	acupuntura; regulamentação	Apresentação do Requerimento n. 255/2018, pelo Deputado Celso Russomanno (PRB-SP), que: "Requer, nos termos do Art. 52, §4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a inclusão na Ordem do Dia do PL 1.549/2003".	14/06/2018	Celso Russomanno	PT	DF
95	<a href="#">PL 795/2003</a>	Dispõe sobre a regulamentação da atividade profissional de Psicomotricista e autoriza a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Psicomotricidade.	Câmara dos Deputados	psicomotricidade; regulamentação	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	14/06/2018	Leonardo Picciani	PMDB	SC
96	<a href="#">PLS 511/2017</a>	Acrescenta o art. 14-A à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do Psicólogo. Explicação da Ementa: Decorrente de Ideia Legislativa do e-cidadania, determina que a duração do trabalho normal do Psicólogo não poderá ser superior a 30 horas semanais.	Senado Federal	psicólogo, jornada de trabalho; 30 horas.	Aguardando designação de relator	20/06/2018	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	PDT	ES
97	<a href="#">PLS 439/2015</a>	Dispõe sobre o exercício de atividades nos campos da Administração.	Senado Federal	administração; regulamentação	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Secretaria de Apoio à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)	04/05/2018 -	Donizeti Nogueira	PCdoB	AM
98	<a href="#">PL 2598/2007</a>	Obriga os estudantes de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia e Terapia Ocupacional, que concluírem a graduação em instituições públicas de ensino ou em qualquer instituição de ensino, desde que custeados por recursos públicos, a prestarem serviços remunerados em comunidades carentes de profissionais em suas respectivas áreas de formação.	Câmara dos Deputados	obrigatoriedade de prestação de serviços remunerado; instituições públicas	Aguardando Deliberação no PLENÁRIO (PLEN); Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	12/04/20'18	Geraldo Resende	PT	DF
99	<a href="#">PL 9858/2018</a>	Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, para dispor sobre a atividade terrorista de movimentos sociais.	Câmara dos Deputados	Terrorista, manifestação política, movimento social e sindical.				PTdoB	MG

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
100	<a href="#">PL 5075/2001</a>	Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal. Explicação: Altera a designação da pena privativa de liberdade para pena de prisão em regime fechado e de pena restritiva de direitos para pena de restrição de direitos; dispendo sobre a desinternação progressiva do internado de acordo com a perícia médica e os demais órgãos da execução da medida de segurança e modificando a progressão de regime prisional de acordo com o cometimento de faltas disciplinares.	Câmara dos Deputados		Projeto pronto para a pauta tendo em vista pareceres enquanto apensado, da CCOVN, pela rejeição; e da CCJC, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição.	10/02/2005	Poder Executivo		
101	<a href="#">PL 3323/2008</a>	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para vedar a adoção por casal do mesmo sexo.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero; adoção	Apensado ao PL 1756/2003 . Declarado prejudicado, face a aprovação da Emenda Substitutiva de Plenário nº 1 (PL 6222/2005).	20/08/2008	Walter Brito Neto	PRB	PB
102	<a href="#">PL 4508/2008</a>	Altera o parágrafo único do art. 1.618, da Lei nº 10.406, de 2002. Proíbe a adoção por homossexual.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero; adoção	Despacho exarado ao Req. 5163/09, conforme o seguinte teor "Assinalo o prazo adicional de dez sessões para a Comissão de Seguridade Social e Família pronunciar-se sobre o Projeto de Lei n. 2285/07. Apensado ao PL 2285/2007.	16/07/2009	Olavo Calheiros	PMDB	AL
103	<a href="#">PL 1144/2011</a>	Acrescenta o inciso IV ao art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para fixar a pena de internação compulsória para tratamento dos usuários de drogas e bebidas alcoólicas.	Câmara dos Deputados	saúde; drogas; alcoolismo; internação compulsória	Apensado ao PL 7665/2010. Apense-se a este (a) o(a) PL-4871/2012.	16/01/2013	Delgado Waldir		RJ
104	<a href="#">PL 1931/2011</a>	Autoriza o Poder Público a manter sob sua tutela e internar para tratamento médico as crianças e os adolescentes apreendidos em situação de risco e fixa outras providências.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente	Declarado prejudicado em face da aprovação da Subemenda Substitutiva apresentada ao PL 7.663/2010, principal.	28/05/2013	Sueli Vidigal	PMDB	RJ
105	<a href="#">PL 2372/2011</a>	Acrescenta o inciso X ao art. 101 e o art. 101-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências".	Câmara dos Deputados	saúde; criança e adolescente; drogas; internação compulsória	Declarado prejudicado em face da aprovação da Subemenda Substitutiva apresentada ao PL 7.663/2010, principal.	28/05/2013	Liliam Sá	PTB	RJ
106	<a href="#">PL 4827/1998</a>	Institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos.	Câmara dos Deputados	psicologia jurídica; mediação	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Publicado em avulso e no DCD de 05/07/2013, PÁG 28667 COL 02, Letra D.	04/07/2013	Zulaiê Cobra	PDT	ES
107	<a href="#">PL 6061/2013</a>	Altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que "Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual" e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; mulher; violência sexual	Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-6022/2013	28/08/2013	Hugo Leal	PR	RJ
108	<a href="#">PL 6004/2013</a>	Cria regras para a aplicação de concursos para a investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.	Câmara dos Deputados	trabalho; concurso público	À CCJC cópia do Ofício s/nº 2013, do Sr. Anildo Fabio de Raújo, Procurador da Fazenda Nacional, referente ao PL 6004/13, que tramita em conjunto com o de nº 252/03.	05/09/2013	Marconi Perillo	PSDB	SP
109	<a href="#">PLS 196/2011</a>	Dispõe sobre o combate ao bullying nas escolas.	Senado Federal	educação; criança e adolescente; bullying	Arquivado	19/12/2013	Antonio Carlos Valadares	PSDB	GO

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
110	<a href="#">PL 3473/2000</a>	Altera a Parte Geral do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	psicologia jurídica; código penal	Apense-se a este(a) o(a) PL-7123/2014.	14/02/2014	Poder Executivo	PTB	SP
111	<a href="#">PL 6755/2010</a>	Altera a redação dos arts. 4º, 6º, 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade e o ensino fundamental a partir desta idade.	Câmara dos Deputados	educação	Encaminhado à CCJC, Memorando nº 109/14 - COPER, informando o recebimento de abaixo-assinado referente a este.	23/09/2014	Flávio Arns	PT	AC
112	<a href="#">PLC 184/2010</a>	Regulamenta o exercício profissional de grafologista	Senado Federal	grafologista; regulamentação	Matéria arquivada ao final da 54ª Legislatura, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014.	26/12/2014	Walter Brito Neto	PV	SP
113	<a href="#">PLC 89/2007</a>	Regulamenta dispositivo da Constituição Federal de 1988 (Emenda Constitucional nº 29, de 2000), que trata da aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços de saúde.	Senado Federal	saúde; sus	Arquivado ao final da legislatura.	26/12/2014	Roberto Gouveia	DEM	DF
114	<a href="#">PL 7018/2010</a>	Veda a adoção de crianças e adolescentes por casais do mesmo sexo.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero; adoção	Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	31/01/2015	Zequinha Marinho	PT	MA
115	<a href="#">PL 3995/1997</a>	Dispõe sobre a inclusão obrigatória da disciplina "Sexualidade e Doenças Sexualmente Transmissíveis, Formas de Contágio e Prevenção", no currículo da escola fundamental.	Câmara dos Deputados	educação; educação sexual	Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	31/01/2015	Enio Bacci	PT	PE
116	<a href="#">PL 22/2007</a>	Estabelece o Código Nacional de Direitos dos Usuários das Ações e dos Serviços de Saúde e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	saúde; direitos dos usuários	Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	31/01/2015	Rosinha	PDT	RS
117	<a href="#">PL 175/2007</a>	Altera a Lei nº 8.080, de 1990, a fim de inserir capítulo sobre "Atenção à Saúde dos Dependentes de Drogas". Explicação: Visa o tratamento do dependente de droga visando a desintoxicação, internação ou semi-internação, farmacoterapia, psicoterapia e atendimento familiar e comunitário.	Câmara dos Deputados	saúde; drogas	Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	31/01/2015	Nelson Pellegrino	PSDB	GO
118	<a href="#">PL 1987/2007</a>	Consolida os dispositivos normativos que especifica referente ao Direito Material Trabalhista e revoga as leis extravagantes que especifica e os artigos 1º ao 642 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.	Câmara dos Deputados	trabalho; direito material	Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	31/01/2015	Cândido Vaccarezza	PT	BA

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
119	<a href="#">PL 3167/2012</a>	Altera a redação do art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências"	Câmara dos Deputados	saúde; drogas	Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-257/2015 em virtude de a(s) proposição(ões) ter(em) sido arquivada(s) definitivamente.	11/02/2015	Marco Feliciano		SP
120	<a href="#">PL 4076/2001</a>	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde" incluindo os procedimentos preventivos no rol dos serviços a serem oferecidos pelas empresas do setor.	Câmara dos Deputados	saúde suplementar; prevenção	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Seguridade Social e Família e da Comissão de Defesa do Consumidor Publicado no DCD de 24/02/15, PÁG 100 COL 01, Letra A.	23/02/2015	Henrique Fontana	PT	RS
121	<a href="#">PL 7490/2014</a>	Tipifica a violência psicológica.	Câmara dos Deputados	violência psicológica	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-564/2015.	23/02/2015	Fábio Trad	PP	PR
122	<a href="#">PLS 271/2013</a>	Estabelece critérios para o uso progressivo da força e de armas de fogo pelos órgãos, agentes e autoridades de segurança pública.	Senado Federal	armas de fogo	Aguardando designação de relator	10/03/2015	Vital do Rêgo	PSDB	CE
123	<a href="#">PLS 136/2011</a>	Estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural e urbano.	Senado Federal	direitos humanos; mulher; trabalho	O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Romero Jucá relator da Matéria.	18/03/2015	Inácio Arruda	PMDB	SP
124	<a href="#">PLS 201/2008</a>	Acrescenta artigos à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, estabelecendo a obrigatoriedade de revisões periódicas das interdições judiciais deferidas com base em enfermidade ou deficiência mental.	Senado Federal	saúde mental; interdições judiciais	ARQUIVADO	27/03/2015	José Eduardo Cardozo	DEM	RJ
125	<a href="#">PL 1011/2011</a>	Tipifica o "bullying" como crime contra a honra.	Câmara dos Deputados	educação; criança e adolescente; bullying	Designado Relator, Dep. Mandetta (DEM-MS)	13/04/2015	Fábio Faria	PTB	MG
126	<a href="#">PL 6022/2013</a>	Altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; mulher; violência sexual	Designado Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA)	04/05/2015	Poder Executivo	PMDB	RS
127	<a href="#">PLS 190/2007</a>	Prevê o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.	Senado Federal	lei de execução penal; exame criminológico	Retorna à CCJ para reexame. Matéria aguardando distribuição.	03/06/2015	Maria do Carmo Alves	PP	BA

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
128	<a href="#">PLP 321/2013</a>	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e dá outras providências. Explicação da Ementa: Aplicação pela União de montante igual ou superior a dez por cento de suas receitas correntes brutas, em ações e serviços públicos de saúde.	Câmara dos Deputados	saúde; sus	Apensado ao PLP-123/2012. Despacho exarado no Requerimento n. 2.054/2015, conforme o seguinte teor: "Oficie-se ao requerente informando que o Projeto de Lei Complementar n. 321/2013, em virtude do desarquivamento ocorrido em 31/01/2015, encontra-se em tramitação no mesmo estágio em que figurava antes de ser arquivado, nos termos do artigo 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	18/06/2015	Comissão de Legislação Participativa	PTN	RJ
129	<a href="#">PL 7169/2014</a>	Dispõe sobre a mediação entre particulares como o meio alternativo de solução de controvérsias e sobre a composição de conflitos no âmbito da Administração Pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.		psicologia jurídica; mediação	Transformado na Lei Ordinária 13140/2015. DOU 29/06/15 PÁG 04 COL 01.	26/06/2015	Ricardo Ferraço	PSC	RJ
130	<a href="#">PEC 489/2005</a>	Submete o menor de 18 (dezoito) anos acusado da prática de delito penal à prévia avaliação psicológica para que o juiz conclua sobre sua inimputabilidade.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; maioridade penal; imputabilidade penal; estatuto	Desapensação automática desta da PEC n. 171/1993, principal, em face da declaração de prejudicialidade desta e do seu consequente arquivamento. (Sessão Deliberativa Extraordinária de 01/07/2015 - 21:32).	01/07/2015	Medeiros	PROS	ES
131	<a href="#">PL 7647/2010</a>	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Terapeuta Ocupacional e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	terapeuta ocupacional; regulamentação	Parecer da Relatora, Dep. Gorete Pereira (PR-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste.	16/07/2015	Milton Monti	PT	RS
132	<a href="#">PL 1184/2003</a>	Dispõe sobre a Reprodução Assistida.	Câmara dos Deputados	saúde; reprodução	Aprovado requerimento do Sr. Ivan Valente que requer a inclusão de convidados para compor a mesa da Audiência Pública para debater o Projeto de Lei n.º 1184, de 2003, que define normas para realização de inseminação artificial e fertilização "in vitro"; proibindo a gestação de substituição (barriga de aluguel) e os experimentos de clonagem radical.	18/08/2015	Lúcio Alcântara	PMDB	ES
133	<a href="#">PL 80/1999</a>	Institui o Programa de Tratamento Gratuito para dependentes de drogas e álcool, pelo SUS, e dá outras providências	Câmara dos Deputados	saúde; sus; álcool; drogas	Devolução à CCP	24/08/2015	Enio Bacci		
134	<a href="#">PL 4312/2008</a>	Garante aos pacientes internados involuntariamente que não tenham antecedentes criminais o direito à revisão de sua internação, no mínimo a cada 6 (seis) meses, exigir que a avaliação seja feita por médico que não o responsável pela internação psiquiátrica.	Câmara dos Deputados	saúde mental; internação psiquiátrica	Devolução à CCP	03/09/2015	Dr. Ubiali	PSDB	MG
135	<a href="#">PLC 68/2013</a>	Institui o Programa de Combate ao "Bullying".	Senado Federal	educação; criança e adolescente; bullying	Transformado na Lei Ordinária 13185/2015. DOU 09/11/15 PÁG 01 COL 02.	06/11/2015	Vieira da Cunha	PSB	SP

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
136	<a href="#">PLC 14/2015</a>	Altera o art. 1º e insere dispositivos sobre a Primeira Infância na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.		criança e adolescente; estatuto	TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA	09/03/2016	Osmar Terra (PMDB/RS) , Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) , Eleuses Paiva (PSD/SP) e outros	PR	BA
137	<a href="#">PL 7081/2010</a>	Dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia e do Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade na educação básica.	Câmara dos Deputados	educação; criança e adolescente; dislexia	Devolvida sem Manifestação.	24/05/2016	Gerson Camata	PMDB	SP
138	<a href="#">PL 4456/2012</a>	Acrescenta inciso VI ao art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para incluir programas de assistência psicossocial dentre os projetos apoiados pelo Fundo.	Câmara dos Deputados	assistência psicossocial; fundo nacional de segurança pública	Designado Relator, Dep. Vicente Candido (PT-SP)	09/06/2016	Renan Calheiros		
139	<a href="#">PLP 123/2012</a>	Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União. Revoga dispositivo da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012.  Explicação da Ementa Estabelece que a União aplicará em ações e serviços de saúde, o mínimo de dez por cento de sua receitas brutas.	Câmara dos Deputados	saúde; sus	Designado Relator, Dep. Danilo Forte (PSB-CE)	15/06/2016	Darcísio Perondi		
140	<a href="#">PL 8324/2014</a>	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medida destinada à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; estatuto	Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	23/06/2016	Angela Portela	PT	RS
141	<a href="#">PEC 246/2016</a>	Altera a redação do inciso II do art. 203 da Constituição para acrescentar entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; mulher, assistência social	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado em avulso e no DCD de 22/09/16 PÁG 104 COL 01, Letra A.	21/09/2016	Marta Suplicy	PMDB	RS
142	<a href="#">PL 3941/2004</a>	Altera disposições da Lei nº 10.826, de 2003 (Estatuto do Desarmamento)	Câmara dos Deputados	estatuto do desarmamento	Apense-se a este(a) o(a) PL-6156/2016.	27/09/2016	Nelson Bornier	PT	RR
143	<a href="#">PL 1785/2011</a>	Inclui entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino a promoção de ambiente escolar seguro e a adoção de estratégias de prevenção e combate ao bullying.	Câmara dos Deputados	educação; criança e adolescente; bullying	Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	10/10/2016	Gim Argello	PT	RJ

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
144	<a href="#">SCD 2/2015</a>	Dispõe sobre o enfrentamento ao tráfico internacional e interno de pessoas, proteção e assistência às vítimas; e altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990, 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e 9.615, de 24 de março de 1998.		direitos humanos; tráfico de pessoas	Remessa Ofício SF n.º 1.193, de 18/10/2016, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando para os devidos fins, o incluso autógrafo sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e transformado na Lei n.º 13.344, de 06 de outubro de 2016. (fl. 157).	19/10/2016	COMISSÃO - CPI - Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil - 2011	PTB	ES
145	<a href="#">PL 348/2011</a>	Cria dispositivos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre antecedentes, tratamento ambulatorial, internação em estabelecimento de tratamento psiquiátrico e responsabilidade do Estado para adequar as entidades de atendimento, públicas ou privadas, às diretrizes e normas deste Estatuto.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; estatuto	<a href="#">Apensado ao PL7197/2002</a>	10/11/2016	Hugo Leal	PSDB	GO
146	<a href="#">PL 6622/2013</a>	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para tipificar o crime de feminicídio; modifica o § 11 do art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para aumentar a pena da lesão corporal decorrente de violência doméstica, se o crime constituir violência de gênero contra as mulheres e acrescenta o art. 132-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar a violência psicológica contra a mulher; e altera o inciso I do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos) para incluir o feminicídio entre os crimes considerados hediondos.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; feminicídio	Parecer da Relatora, Dep. Shéridan (PSDB-RR), pela aprovação deste, com emendas, e pela rejeição do PL 7490/2014, apensado.	28/11/2016	Carlos Sampaio	PTB	GO
147	<a href="#">PL 7585/2014</a>	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para modificar o art. 36, que institui regras sobre a elaboração dos planos de saúde, e para inserir dispositivos que regulam a responsabilidade sanitária dos gestores no âmbito do Sistema Único de Saúde.	Câmara dos Deputados	saúde suplementar; sus	Parecer do Relator, Dep. Geraldo Resende (PSDB-MS), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 4430/2016, apensado.	21/12/2016	Humberto Costa	PMDB	AP
148	<a href="#">PL 252/2003</a>	Dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos.	Câmara dos Deputados	trabalho; concurso público	Apense-se a este(a) o(a) PL-6730/2016.	04/01/2017	Jorge Bornhausen	PSDB	PE
149	<a href="#">PLS 65/2015</a>	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal -, para tipificar a aplicação de qualquer forma de castigo corporal, ofensa psicológica, tratamento cruel ou degradante à criança ou adolescente com deficiência física, sensorial, intelectual ou mental.	Senado Federal	criança e adolescente; código penal	O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Edison Lobão, designa Relator da matéria o Senador Antonio Carlos Valadares.	23/03/2017	Romário	PTB	ES

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
150	<a href="#">PLC 21/2017</a>	Estabelece o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência; altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; e dá outras providências.		criança e adolescente; atendimento psicológico	Transformado na Lei Ordinária 13431/2017. DOU 05/04/17 PÁG 01 COL 01.	04/04/2017	Maria do Rosário		
151	<a href="#">PL 1411/2015</a>	Tipifica o crime de Assédio Ideológico e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; assédio ideológico	Apresentação do Requerimento de Retirada de proposição de iniciativa individual n. 6223/2017, pelo Deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), que: "Requer retirada de tramitação de proposição".	05/04/2017	Rogério Marinho	PV	SP
152	<a href="#">PLS 23/2012</a>	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências.	Senado Federal	criança e adolescente; maioridade penal; imputabilidade penal; estatuto	Recebido novo Relatório da Senadora Fátima Bezerra com voto pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Encaminhado à Senadora Fátima Bezerra, relatora da matéria, para reexame do relatório.	07/06/2017	Aloysio Nunes Ferreira		SC
153	<a href="#">PLS 664/2015</a>	Inclui o art. 244-C na Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para tipificar o crime de induzimento, instigação ou auxílio à automutilação de criança ou adolescente.	Senado Federal	criança e adolescente; proteção; automutilação	Recebido às 17h10min o Relatório reformulado pela Senadora Ana Amélia, com voto pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicada a Emenda nº 1-CDH.	19/06/2017	Ciro Nogueira	PSDB	GO
154	<a href="#">PL 2431/2011</a>	Proíbe a Agência Nacional de Vigilância Sanitária de vetar a produção e comercialização dos anorexígenos: sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol.	Câmara dos Deputados	saúde; anorexígenos	Apresentação da Mensagem n. 206/2017, pelo Poder Executivo, que: "Comunica aos Senhores Membros do Congresso Nacional, que sancionou o projeto de lei que 'Autoriza a produção, a comercialização e o consumo, sob prescrição médica, dos anorexígenos sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol', Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei n. 13.454, de 23 de junho de 2.017".	26/06/2017	Felipe Bornier	PSDB	GO
155	<a href="#">PLS 174/2017</a>	Regulamenta a profissão de Terapeuta Naturista, nas modalidades medicina oriental, terapia ayurvédica, outras terapias naturais, e terapias psicanalíticas e psicopedagógicas.	Senado Federal	terapeuta naturista; regulamentação	A Presidente da Comissão, Senadora Marta Suplicy, designa a Senadora Fátima Bezerra Relatora da matéria.	05/07/2017	Telmário Mota		
156	<a href="#">PL 6959/2010</a>	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Terapeuta Naturista.	Câmara dos Deputados	terapeuta naturista; regulamentação	Apresentação do Voto em Separado n. 1 CTASP, pela Deputada Erika Kokay (PT-DF).	16/08/2017	Comissão de Legislação Participativa	PMDB	PB
157	<a href="#">PLS 89/2015</a>	Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para criar mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis.	Senado Federal	proteção de vulneráveis	O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Edison Lobão, designa Relatora da matéria a Senadora Ana Amélia.	31/08/2017	Humberto Costa	PROS	ES
158	<a href="#">PLC 60/2017</a>	Dispõe sobre a realização anual de atividades direcionadas ao enfrentamento do HIV/AIDS durante o mês de dezembro.	Senado Federal	saúde; aids	Aguardando inclusão em Ordem do Dia.	04/09/2017	Erika Kokay - PT/DF , Paulo Teixeira - PT/SP , Jean Wyllys - PSOL/RJ		

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
159	<a href="#">PL 434/1999</a>	Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino sobre as drogas entorpecentes e psicotrópicas e sobre prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DST's) e AIDS a nível do 1º e 2º graus de ensino e nos cursos de formação de professores, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	educação; drogas; dst's	Devolvido ao Relator, Dep. Pastor Eurico (PHS-PE).	05/09/2017	Magno Malta	SD	RJ
160	<a href="#">PDS 460/2013</a>	Convoca plebiscito para consultar o eleitorado nacional sobre a transferência para a União da responsabilidade sobre a educação básica.	Senado Federal	educação; educação básica	A relatora, senadora Gleisi Hoffmann, apresentou relatório contrário ao projeto e à Emenda nº 1-CE.	13/12/2017	Cristovam Buarque e outro(s) Sr(s). Senador(es)		
161	<a href="#">PL7197/2002</a>	Acrescenta §§ aos arts. 104 e 105 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para permitir a aplicação de medidas sócio-educativas aos infratores que atingirem a maioridade penal.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; maioridade penal; imputabilidade penal; estatuto	Apresentação do Requerimento de Prorrogação de prazo de Comissão Temporária n. 7916/2017, pela Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7197, de 2002, do Senado Federal, que "acrescenta §§ aos arts. 104 e 105 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para permitir a aplicação de medidas sócio-educativas aos infratores que atingirem a maioridade penal", que: "Requer a prorrogação do prazo da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7197, de 2002, do Senado Federal, que 'acrescenta §§ aos arts. 104 e 105 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para permitir a aplicação de medidas socioeducativas aos infratores que atingirem a maioridade penal', e apensados".	13/12/2017	Ademir Andrade	PMDB	MG
162	<a href="#">PL 3722/2012</a>	Disciplina as normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições, cominando penalidades e dando providências correlatas.	Câmara dos Deputados	armas de fogo	Indeferido o Requerimento n. 7.859/2017, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro, nos termos do art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o pedido de desapensação contido no Requerimento n. 7.859/2017, porquanto os Projetos de Lei n. 8.738/2017 e n. 6.574/2016 tratam de matérias correlatas.	19/12/2017	Rogério Peninha Mendonça	PT	PB
163	<a href="#">PL 1432/2011</a>	Dispõe sobre a adoção tardia.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; criança e adolescente; adoção	<u>Apense-se este ao PL-9963/2018. Inteiro teor</u>	12/04/2018	Jorge Tadeu Mudalen	PCdoB	RJ
164	<a href="#">PL 7633/2014</a>	Dispõe sobre a humanização da assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo gravídico-puerperal e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; saúde; puérpera	Recebimento pela CE, apensado ao PL-6567/2013.	19/04/2018	Jean Wyllys	DEM	SE
165	<a href="#">PL 4931/2016</a>	Dispõe sobre o direito à modificação da orientação sexual em atenção a Dignidade Humana.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; orientação sexual	Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões a partir de 30/04/2018)	27/04/2018	Ezequiel Teixeira	PSDB	SP

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
166	<a href="#">PL 6858/2013</a>	Estabelece diretrizes gerais para o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às pessoas acometidas por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica.	Câmara dos Deputados	saúde; sus; fibromialgia	Designado relator, Dep. Marcelo Aro (PHS-MG)	02/05/2018	Erika Kokay	PMDB	RN
167	<a href="#">PLC 30/2015</a>	Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.	Senado Federal	trabalho; terceirização	Pronta para pauta da comissão	04/06/2018	Sandro Mabel		
168	<a href="#">PL 620/2015</a>	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para vedar a adoção conjunta por casal homoafetivo.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero; adoção	Tendo em vista a correlação das matérias, determino a apensação, ao PL nº 1432/2011, dos PLs nºs 5908/2013, 7563/2014, 620/2015 e 1731/2015, com seus respectivos apensados, se for o caso. Ato contínuo, distribua-se o PL nº 1432/2011 às Comissões de Direitos Humanos e Minorias; Trabalho, de Administração e Serviço Público; Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD). Em razão da distribuição a mais de três comissões de mérito, determino também a criação de Comissão Especial, para apreciar a matéria, conforme art. 34, II, do RICD.	07/06/2018	Júlia Marinho	PP	PR
169	<a href="#">PL 8420/2017</a>	Parecer da Relatora, Dep. Benedita da Silva (PT-RJ), pela aprovação deste, e da Emenda 1/2017 da CSSF, com substitutivo	Câmara dos Deputados	assistência social; CNAS	Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões a partir de 11/06/2018)	07/06/2018	Luiza Erundina	PTB	PE
170	<a href="#">PL 105/2007</a>	Altera dispositivos do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. <b>Explicação da Ementa:</b> Inclui o ensino da Filosofia, da Sociologia e da Psicologia como disciplinas obrigatórias durante o ensino médio.	Câmara dos Deputados	educação; educação básica; diretrizes	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-139/2015.	13/06/2018	Luiza Erundina	PSOL	SP
171	<a href="#">PL 3804/2012</a>	Regulamenta a profissão de Naturólogo.	Câmara dos Deputados	naturólogo; regulamentação	Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CTASP, pelo Dep. Leonardo Monteiro	13/06/2018	Giovani Cherini	PR	ES
172	<a href="#">PL 3961/2004</a>	Permite a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de parcelas de anuidade escolar do trabalhador ou de seus filhos dependentes, de até vinte e quatro anos de idade.	Câmara dos Deputados	educação; fgts	(Instalação da Comissão) O Relator, Dep. Glauber Braga, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 02/02/2018)	13/06/2018	Eduardo Azeredo	PSB	CE

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
173	<a href="#">PL 6567/2013</a>	Altera o art. 19-J da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para incluir a obrigatoriedade de obediência às diretrizes e orientações técnicas e o oferecimento de condições que possibilitem a ocorrência do parto humanizado nos estabelecimentos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).	Câmara dos Deputados	direitos humanos; saúde; puérpera	Designado Relator, Dep. Lincoln Portela (PRB-MG)	13/06/2018	Gim Argello		
174	<a href="#">PL 8489/2017</a>	Dispõe sobre as condições de realização de provas para pessoas com dislexia comprovada por meio de laudo médico.	Câmara dos Deputados	Garantia, pessoa, dislexia, comprovação, laudo médico, exame, processo seletivo, emprego, instituição de ensino, adequação, procedimento.	Comissão de Educação ( CE ) Retirado de pauta por ausência do Relator.	13/06/2018	Luis Tibé	REDE	AP
175	<a href="#">PL 81/2007</a>	Institui o Dia Nacional de Combate à Homofobia.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero	Encerramento automático do Prazo de Recurso. Foi apresentado um recurso.	31/10/2007	Fátima Bezerra	PT	RN
176	<a href="#">PL 2976/2008</a>	Acrescenta o art. 58-A ao texto da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências, criando a possibilidade das pessoas que possuem orientação de gênero travesti, masculino ou feminino, utilizarem ao lado do nome e prenome oficial, um nome social	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero; nome social	Apensado ao PL 70/1995	19/03/2008	Cida Diogo	PT	RJ
177	<a href="#">PL 674/2007</a>	Estabelece o estado civil das pessoas em união estável como o de consorte. Altera a Lei nº 10.406, de 2002 e revoga as Leis nºs 8.971, de 1994 e 9.278, de 1996.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero; união civil	Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-27/2011 por não se tratar(em) de matéria(s) sujeita(s) ao arquivamento previsto no artigo 105 do RICD. DCD do dia 16/02/11 PAG 6810 COL 02.	15/02/2011	Vaccarezza	PT	SP
178	<a href="#">PEC 554/1997</a>	Estabelece que os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reunir-se-ão unicameralmente, sendo que os trabalhos constituintes ficarão restritos aos artigos 14, 16, 17, 21 a 24, 30, 145 a 162 e as matérias conexas.	Câmara dos Deputados	tramitação jurídica; cidadania	À publicação - Avulso letra B - em virtude de apensação.	15/06/2011	Miro Teixeira	REDE	RJ

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
179	<a href="#">PL 2773/2000</a>	Altera a redação do art. 235, do Código Penal Militar, excluindo do texto o crime de pederastia.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; código penal militar	Apresentação do Requerimento n. 10341/2014, pelo Deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2.773, de 2000, que "Altera a redação do art. 235, do Código Penal Militar, excluindo do texto o crime de pederastia	29/05/2014	Alceste Almeida		
180	<a href="#">PL 4064/2008</a>	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre medidas de segurança em estabelecimentos penitenciários.	Câmara dos Deputados	lei de execução penal	Recebimento pela CSPCCO, apensado ao PL-1352/1999	06/11/2014	Talmir	PMDB	RR
181	<a href="#">PL 2665/2007</a>	Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	diversidade; preconceito; código penal	Apense-se a este(a) o(a) PL-8127/2014.	26/11/2014	Rodvalho		
182	<a href="#">PEC 73/2005</a>	Altera dispositivos dos artigos 14 e 49 da Constituição Federal e acrescenta o artigo 14-A, (institui o referendo revocatório do mandato de Presidente da República e de Congressista).	Senado Federal	cidadania; referendo revogatório; presidente da república; parlamentares	Matéria arquivada ao final da 54ª Legislatura, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014.	26/12/2014	Eduardo Suplicy	PRB	PB
183	<a href="#">PEC 20/1999</a>	Reduz para 16 (dezesseis) anos a idade para imputabilidade penal.	Senado Federal	criança e adolescente; maioria penal; imputabilidade penal; estatuto	Processo devolvido e arquivado	19/01/2015	José Roberto Arruda	PT	SP
184	<a href="#">PL 267/2011</a>	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de estabelecer deveres e responsabilidades à criança e ao adolescente estudante.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; estatuto	Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	31/01/2015		PSC	ES
185	<a href="#">PL 2230/ 2011</a>	Institui o Estatuto Penitenciário Nacional.	Câmara dos Deputados	estatuto penitenciário	Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	31/01/2015	Domingos Dutra	PSC	PB
186	<a href="#">PDC 232/2011</a>	Dispõe sobre a convocação de plebiscito para decidir sobre a união civil de pessoas do mesmo sexo; respondendo a seguinte questão: "Você é a favor ou contra a união civil de pessoas do mesmo sexo?".	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero; união civil	Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. DCD 01/02/15 PAG 34 COL 01 Suplemento.	31/01/2015	André Zacharow		
187	<a href="#">PL 3712/2008</a>	Altera o inciso II do art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, incluindo na situação jurídica de dependente, para fins tributários, o companheiro homossexual do contribuinte e a companheira homossexual da contribuinte do Imposto de Renda de Pessoa Física e dá outras providências.	Senado Federal	direitos humanos; lgbt; gênero; união civil	Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	31/01/2015	Maurício Rands	PMDB	PR

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
188	<a href="#">PL 6297/2005</a>	Acresce um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e acresce uma alínea ao inciso I do art. 217 da Lei nº 8.112, de 11 de novembro de 1990, para incluir na situação jurídica de dependente, para fins previdenciários, o companheiro homossexual do segurado e a companheira homossexual da segurada do INSS e o companheiro homossexual do servidor e a companheira homossexual da servidora pública civil da União.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero; união civil	Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	31/01/2015	Maurício Rands	PSC	PA
189	<a href="#">PL 4211/2012</a>	Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; profissionais do sexo; regulamentação	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-124/2015.	06/02/2015	Jean Wyllys	PV	MG
190	<a href="#">PL 5167/2009</a>	Estabelece que nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento ou a entidade familiar.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero; união civil	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-124/2015. Apensado ao PL 580/2007.	06/02/2015	Capitão Assunção (PSB/ES) e Paes de Lira (PTC/SP)	PT	SP
191	<a href="#">PL 40/2015</a>	Dispõe sobre a proibição de tratamento discriminatório aos cidadãos doadores de sangue por parte das entidades coletoras.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero; doação de sangue	Apense-se à(ao) PL-287/2003.	06/02/2015	Sergio Vidigal	PSOL	RJ
192	<a href="#">PDC 1002/2003</a>	Convoca Plebiscito para consulta popular da redução ou não da maioria.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; maioridade penal; imputabilidade penal; estatuto	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-206/2015.	09/02/2015	Robson Tuma	PDT	ES
193	<a href="#">PEC 52/2011</a>	Altera os arts. 48 e 84 da Constituição Federal, prevendo a obrigatoriedade de apresentação do Programa de Metas e Prioridades para os governos federal, estaduais e municipais.	Câmara dos Deputados	cidadania; programa de metas; executivo	Desarquivada nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-241/2015.	10/02/2015	Paulo Teixeira	PSD	MT
194	<a href="#">PEC 66/2003</a>	Proíbe a diferença de salários e de exercício de função e de critério de admissão por motivo de discriminação por orientação e expressão sexual, etnia, crença religiosa, convicção política, condição física, psíquica ou mental.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; discriminação; preconceito	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-442/2015.	12/02/2015	Maria do Rosário	PDT	RS
195	<a href="#">PL 4/2015</a>	Dobra a pena de quem utilizar-se de menor em delitos.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; código penal	Retirado pelo autor	13/02/2015	Ricardo Barros	PMDB	MS
196	<a href="#">PLC 122/ 2006</a>	Determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas.	Senado Federal	direitos humanos; lgbt; gênero	ARQUIVADO	19/02/2015	Iara Bernardi	PT	SP
197	<a href="#">PLC 122/2006</a>	Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.	Senado Federal	direitos humanos; crimes de preconceito; código penal	Devolvido Após Consulta ARQUIVADO	19/02/2015	Iara Bernardi	PSC	SP

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
198	<a href="#">PL 6869/2010</a>	Altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei 9.294, de 15 de julho de 1996, e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941- Lei de Contravenções Penais, para dispor sobre a tipificação do crime de venda de bebida alcoólica a Criança e Adolescente.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; maioridade penal; imputabilidade penal; estatuto	Desapensação automática do PL n. 5.502 /2013, em face da sua aprovação em Plenário. A matéria irá à sanção.	24/02/2015	Tasso Jereissati	PT	SP
199	<a href="#">PL 4914/2009</a>	Aplica à união estável de pessoas do mesmo sexo os dispositivos do Código Civil referentes a união estável entre homem e mulher, com exceção do artigo que trata sobre a conversão em casamento.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero; união civil	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-710/2015. Apensado ao PL 580/2007.	03/03/2015	José Genoíno	PTC	SP
200	<a href="#">PLS 111/2010</a>	Prevê pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências.	Senado Federal	saúde; drogas; detenção	ARQUIVADO.	09/03/2015	Demóstenes Torres	PT	RS
201	<a href="#">PEC 111/2011</a>	Altera o art. 3º da Constituição Federal para incluir entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a promoção do bem de todos, sem preconceitos relativos a identidade de gênero ou orientação sexual.	Senado Federal	direitos humanos; lgbt; gênero	Matéria aguardando distribuição.	10/03/2015	Marta Suplicy e outro(s) Sr(s). Senador(es)	PT	SP
202	<a href="#">PLS 292/2013</a>	Altera o Código Penal, para inserir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio.	Senado Federal	direitos humanos; feminicídio	TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA: (PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SANCIONADA. LEI 013.104 DE 2015. DOU - 10/03/2015 PÁG. 00001. Sancionada em 09/03/2015.	10/03/2015	COMISSÃO - CPMI - Violência contra a Mulher - 2012	PP	SP
203	<a href="#">PLS 236/2010</a>	Institui a Ajuda Especial de Manutenção para a família que mantém sob seus cuidados pessoa com mais de setenta anos de idade.	Senado Federal	direitos humanos; idosos	ARQUIVADO	18/03/2015	Jefferson Praia	PDT	MT
204	<a href="#">PLC 072/2007</a>	Altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre registros públicos e dá outras providências, possibilitando a substituição do prenome de pessoas transexuais.	Senado Federal	direitos humanos; lgbt; gênero; nome social	ARQUIVADO	18/03/2015	Luciano Zica		
205	<a href="#">PL 2129/1996</a>	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências".	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; estatuto	Declarado prejudicado em face da aprovação do Projeto de Lei n. 8077/2014, apensado (Sessão Deliberativa Extraordinária de 25/03/2015 - 19:57).	25/03/2015	Augusto Nardes	PMDB	AP
206	<a href="#">PL 5165/2001</a>	Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências".	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; estatuto	Declarado prejudicado em face da aprovação do Projeto de Lei n. 8077/2014, apensado (Sessão Deliberativa Extraordinária de 25/03/2015 - 19:57).	25/03/2015	José Carlos Coutinho	PDT	AM
207	<a href="#">PL 6260/2002</a>	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; estatuto	Declarado prejudicado em face da aprovação do Projeto de Lei n. 8077/2014, apensado (Sessão Deliberativa Extraordinária de 25/03/2015 - 19:57).	25/03/2015	Aloizio Mercadante	PT	SP

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
208	<a href="#">PL 448/2015</a>	Altera o artigo 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que passa a vigorar acrescido do inciso IX, classificando como hediondos os crimes praticados contra agente da segurança pública ou guarda prisional, no exercício de suas funções ou em razão dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, praticado em razão dessa condição.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; crimes hediondos	Declarado prejudicado em face da aprovação da Subemenda Substitutiva Global apresentada ao Projeto de Lei n. 846/2015, apensado	26/03/2015	Onyx Lorenzoni		
209	<a href="#">PDC 17/2015</a>	Susta a aplicação da Resolução nº 11, de 18 de Dezembro de 2014, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que estabelece os parâmetros para a inclusão dos itens "orientação sexual", "identidade de gênero" e "nome social" nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais no Brasil.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero	Recebimento pela CDHM, com a proposição PDC-18/2015 apensada.	26/03/2015	Marco Feliciano	PP	MT
210	<a href="#">PDC 30/2015</a>	Susta a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNDC/LGBT, que "Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização."	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero; educação	Apense-se à(ao) PDC-16/2015. Deferido o Requerimento nº 1.401/2015, conforme despacho do seguinte teor: "Com fundamento no art. 102, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, defiro a retirada de assinatura do Projeto de Decreto Legislativo n. 30/2015.	26/03/2015	Eros Biondini	PP	RS
211	<a href="#">PLS 217/2004</a>	Altera o artigo 17 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os conselhos de Medicina e dá outras providências, e o artigo 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para o exercício legal da Medicina no País.	Senado Federal	saúde; medicina; exame de proficiência	ARQUIVADO	30/03/2015	Tião Viana	PT	SP
212	<a href="#">PL 7317/2010</a>	Acrescenta o art. 24-A à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que "Institui a Lei de Execução Penal" e dá outras providências. Explicação: Adequa o sistema prisional feminino a modelos de terceirização já adotados em outros setores.	Câmara dos Deputados	lei de execução penal; terceirização	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-1389/2015.	14/04/2015	Jorge Tadeu Mudalen	PT	SP

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
213	<a href="#">PL 1/2015</a>	Acrescenta o art. 53-A a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", a fim de estabelecer deveres e responsabilidades à criança e ao adolescente estudante.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; estatuto	Indeferido o Requerimento n. 1.704/2015, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro, nos termos do art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o pedido de desapensação contido no Requerimento n. 1.704/2015, porquanto os Projetos de Lei n. 1/2015 e 604/2011 integram um bloco de proposições que tratam de matérias correlatas.	18/05/2015	Ricardo Barros	DEM	SP
214	<a href="#">PDC 26/2015</a>	Susta a aplicação 12 de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero	Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) n. 1905/2015, pelos Deputados Arthur Oliveira Maia, Líder do SD, e outros Líderes, que: "Requeremos, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação imediata do Projeto Decreto Legislativo nº 26/2015"	19/05/2015	Ezequiel Teixeira		
215	<a href="#">PDC 18/2015</a>	Ficam sustados os efeitos do inteiro teor das Resoluções nº 11, de 18 de dezembro de 2014, e nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBT, da Secretaria de Direitos Humanos, ambas publicadas na Seção 1 do Diário Oficial da União nº 48, de 12 de março de 2015.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero	Apense-se à(ao) PDC-17/2015. Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) n. 2020/2015, pelos Deputados Alan Rick (PRB-AC) e outros, que: "Requer urgência urgentíssima Na votação dos PDC nº 18 e apensos, para que sejam sustados os efeitos do inteiro teor das Resoluções nº 11, de 18 de dezembro de 2014, e nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBT, da Secretaria de Direitos Humanos".	29/05/2015	Jair Bolsonaro	PDT	RS

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
216	<a href="#">SCD 4/2015</a>	Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência; altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, 7.853, de 24 de outubro de 1989, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.429, de 2 de junho de 1992, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.029, de 13 de abril de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.615, de 24 de março de 1998, 10.048, de 8 de novembro de 2000, 10.098, de 19 de dezembro de 2000, 10.257, de 10 de julho de 2001, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 11.126, de 27 de junho de 2005, 11.904, de 14 de janeiro de 2009, e 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e revoga dispositivo da Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995.		direitos humanos; inclusão; pessoas com deficiência; trabalho	Sancionada. LEI 013.146 DE 2015. (Vetado, Parcialmente. vide MSG 00246 de 2015). DOU - 07/07/2015 PÁG. 00002 e 00013. Sancionada em 06/06/2015.	06/06/2015	Paulo Paim	PP	PR
217	<a href="#">PDC 16/2015</a>	Susta a aplicação da Resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero	Apense-se a este(a) o(a) PDC-115/2015.	23/06/2015	Marco Feliciano	PTB	SP
218	<a href="#">PL 7699/2006</a>	Institui o Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências		direitos humanos; estatuto do portador de deficiência	Transformado na Lei Ordinária 13146/2015. DOU 07/07/15 PÁG 02 COL 02. Vetado parcialmente. (MSC 246/15-PE). Razões do veto: DOU 07/07/15 PÁG 12 COL 02.	06/07/2015		DEM	SE
219	<a href="#">PL 498/2015</a>	Regulamenta os conflitos envolvendo a guarda compartilhada e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; guarda compartilhada	Devolvido ao Relator, Dep. Pr. Marco Feliciano (PSC-SP), para reexame.	07/07/2015	Bonifácio de Andrada	PSB	RJ
220	<a href="#">PL 4237/2008</a>	Obriga os funcionários de creches particulares e outras entidades de atendimento conveniadas com o Poder Público a notificação dos casos de violência contra a criança e adolescente aos Conselhos Tutelares.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; violência; creche	Arquivado nos termos do artigo 133 do RICD (rejeição nas Comissões de mérito).	05/08/2015			
221	<a href="#">PL-4373/2008</a>	Dispõe sobre a proibição de tratamento discriminatório aos cidadãos doadores de sangue por parte das entidades coletoras.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero; doação de sangue	Devolução à CCP	03/09/2015	Sueli Vidigal		

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
222	<a href="#">PL 454/2015</a>	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre a realização de exames toxicológicos nos adolescentes matriculados na rede de ensino.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; exame toxicológico; escola	Retirado pelo Autor	10/09/2015	Rômulo Gouveia	PR	SP
223	<a href="#">PL 508/2015</a>	Altera o art. 242, da Lei Nº 8.069, de 30 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), revoga o inciso V, do parágrafo único, do art. 16, da Lei Nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), revoga os arts. 18 e 19 do Decreto-Lei Nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei de Contravenções Penais).	Câmara dos Deputados	armas de fogo; criança e adolescente	Parecer do Relator, Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS), pela aprovação, com substitutivo.	22/09/2015	Major Olimpio Gomes		
224	<a href="#">PL 313/2007</a>	Altera a Lei n.º 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	planejamento familiar	PLENÁRIO ( PLEN ) Apresentação do Requerimento de Reconstituição de proposição n. 8796/2018, pela Comissão de Seguridade Social e Família, que: "Requer reconstituição dos autos de proposições em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família".	16/10/2015	Maurício Trindade		
225	<a href="#">PLS 499/2013</a>	Define crimes de terrorismo e dá outras providências.	Senado Federal	terrorismo	Juntei, de ordem da Presidência do Senado Federal, o Ofício nº PR-1371/2015, de 30/6/2015, do Instituto dos Advogados Brasileiros, com manifestação sobre a matéria (fls. 87 a 96).	27/10/2015	COMISSÃO - ATN Nº 2, de 2013 - CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA CF	PT	SE
226	<a href="#">PDS 7/2015</a>	Convoca plebiscito sobre a instituição de prisão perpétua para os crimes relacionados à pedofilia, ao narcotráfico e à corrupção ativa.	Senado Federal	direitos humanos; prisão perpétua	O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Ivo Cassol.	28/10/2015	Magno Malta	PDT	RS
227	<a href="#">PL 6583/2013</a>	Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	estatuto da família	Aprovado o Parecer com Complementação de Voto, ressalvados os destaques, contra os votos dos Deputados Maria do Rosário, Glauber Braga, Bacelar, Erika Kokay e Jô Moraes. Apresentou voto em separado a Deputada Erika Kokay.	06/11/2015	Anderson Ferreira	PDT	ES
228	<a href="#">PDL 147/2014</a>	Susta a aplicação do Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências.	Senado Federal	cidadania; política nacional de participação social	Matéria pronta para a Pauta na Comissão, com voto do Senador Ronaldo Caiado, favorável ao Projeto.	20/11/2015	Mendonça Filho	PPS	DF
229	<a href="#">PEC 23/2015</a>	Acrescenta o art. 16-A à Constituição Federal, para determinar a paridade de gêneros nos assentos da Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmaras Municipais.	Senado Federal	direitos humanos; mulher	Juntei, de ordem da Presidência do Senado Federal, o Ofício nº 1041/2015-PRES, de 29/09/2015, da Câmara Municipal de Porto Alegre, com manifestação sobre a matéria. Matéria pronta para a Pauta na Comissão com voto da Senadora Simone Tebet favorável à Proposta e à Emenda nº 1.	15/12/2015	Vanessa Grazziotin	PT	PE

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
230	<a href="#">PEC 24/2015</a>	Altera o art. 46 da Constituição Federal, para destinar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para cada gênero.	Senado Federal	direitos humanos; mulher	Juntei, de ordem da Presidência do Senado Federal, o Ofício nº 1041/2015-PRES, de 29/9/2015, da Câmara Municipal de Porto Alegre, do Estado do Rio Grande do Sul, com manifestação sobre a matéria (fls. 10 a 16). Matéria encaminhada ao gabinete da Relatora, Senadora Simone Tebet.	17/12/2015	Marta Suplicy	PT	SE
231	<a href="#">PLS 5069/20153</a>	Tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto.	Câmara dos Deputados	mulher; aborto; código penal	Ofício nº 50/2015 da Agência Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP, manifestando posição contrária a aprovação deste.	24/12/2015	Eduardo Cunha - PMDB/RJ , Isaias Silvestre - PSB/MG , João Dado - PDT/SP e outros	PDT	SP
232	<a href="#">PL 7006/2006</a>	Dispõe sobre o uso facultativo de procedimentos de Justiça Restaurativa no sistema de justiça criminal, em casos de crimes e contravenções penais.	Câmara dos Deputados	código penal; justiça restaurativa	Recebimento pela PL 8045/2010	28/03/2016	Comissão de Legislação Participativa	PR	ES
233	<a href="#">PLS 73/2015</a>	Altera o disposto no art. 213, do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para agravar a pena para quem cometer o crime de estupro.	Senado Federal	direitos humanos; código penal; estupro	Recebido às 15h46min o Relatório do Senador Paulo Paim, com voto pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.	29/03/2016	Romário	PR	PE
234	<a href="#">PL 2383/2003</a>	Altera a Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, que "Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", na forma que especifica e dá outras providências. Explicação da ementa: Estabelece que as operadoras de planos de saúde não poderão criar restrições à inscrição de pessoas como dependentes de outras em função de pertencerem ao mesmo sexo.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero; planos de saúde	Encerramento automático do Prazo de Recurso. Foi apresentado um recurso.	29/03/2016	Maninha	PDT	RS
235	<a href="#">PL 6871/2006</a>	Altera a redação do art. 235 do Código Penal Militar, excluindo do nome jurídico o termo "pederastia" e do texto a expressão "homossexual ou não" e acrescentando parágrafo único, para excepcionar a incidência.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero	Apense-se à(ao) PL-2773/2000.	12/04/2016	Laura Carneiro	DEM	PE
236	<a href="#">PEC 110/2011</a>	Altera o art. 7º da Constituição para dispor sobre licença-natalidade, licença após adoção e vedar discriminação de trabalhador em virtude de orientação sexual ou identidade de gênero.	Senado Federal	direitos humanos; lgbt; gênero; licença-natalidade	Matéria aguardando redistribuição em virtude do fim do exercício do mandato do Senador Douglas Cintra, devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro.	10/05/2016	Marta Suplicy		

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
237	<a href="#">PL 5921/2001</a>	Proíbe a publicidade/ propaganda para a venda de produtos infantis.	Câmara dos Deputados	publicidade; propaganda; criança e adolescente	Despacho exarado ao Requerimento n. 4372/2016, conforme o seguinte teor: Transfira-se ao Plenário a competência para apreciar o Projeto de Lei n. 5.921/2001, porquanto se configurou a hipótese do art. 52, § 6º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se. [ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL n. 5.921/2001: À CDEIC, à CCTCI, à CDC, à CCJC (art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação do Plenário.	16/05/2016	Luiz Carlos Hauly	PCdoB	
238	<a href="#">PLS 227/2015</a>	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar as penas mínima e máxima do crime do art. 244-B.	Senado Federal	criança e adolescente; código penal	Aguardando designação de relator.	12/06/2016	Wilder Morais	PV	RN
239	<a href="#">PL 3980/2000</a>	Dispõe sobre a proibição da expressão "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; discriminação; preconceito	Deferido o Requerimento n. 4.581/2016, conforme o seguinte teor de despacho: Defiro o Requerimento n. 4.581/2016. Desapense-se o Projeto de Lei n. 7.651/2014 do Projeto de Lei n. 4.838/2009, apenso ao Projeto de Lei n. 3.980/2000. Publique-se. Oficie-se. [ATUALIZAÇÃO DO PROJETO DE LEI N. 7.651/2014: À CSSF, à CTASP e à CCJC (art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões - art. 24, II, do RICD.	27/06/2016	Geraldo Candido		
240	<a href="#">PL 70/1995</a>	Admite a mudança do prenome mediante autorização judicial nos casos em que o requerente tenha se submetido a intervenção cirúrgica destinada a alterar o sexo original, ou seja, operação transexual. Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero; nome social	Indeferido o Requerimento n. 4.750/2016, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o Requerimento n. 4.750/2016, nos termos do art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, porque os Projetos de Lei n. 5.453/2016 e n. 4.241/2012 tratam de matérias correlatas.	28/06/2016	José Coimbra	PSB	RJ

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
241	<a href="#">PL 7563/2014</a>	Desburocratiza o processo de adoção.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; adoção	Tendo em vista a correlação das matérias, determino a apensação, ao PL nº 1432/2011, dos PLs nºs 5908/2013, 7563/2014, 620/2015 e 1731/2015, com seus respectivos apensados, se for o caso. Ato contínuo, distribua-se o PL nº 1432/2011 às Comissões de Direitos Humanos e Minorias; Trabalho, de Administração e Serviço Público; Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD). Em razão da distribuição a mais de três comissões de mérito, determino também a criação de Comissão Especial, para apreciar a matéria, conforme art. 34, II, do RICD. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II.	23/08/2016	Arnaldo Jordy	PSDB	PR
242	<a href="#">PL 4500/2001</a>	Estabelece que no cumprimento de pena superior a 8 (oito) anos, a progressão do regime de execução da pena privativa de liberdade só poderá ocorrer depois que o preso tiver cumprido ao menos 2/5 (dois quintos) da pena, ou 3/5 (três quintos), se reincidente; havendo a constatação da impossibilidade material de realização do exame criminológico, poderá o juiz decidir, ouvindo ou não outros profissionais, inclusive para a concessão de livramento condicional. Pacote sobre Segurança Pública.	Câmara dos Deputados	lei de execução penal	Indeferido o Requerimento n. 5.151/2016, conforme despacho de seguinte teor: "Indefiro o Requerimento n. 5.151/2016, nos termos do art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, porque o Projeto de Lei n. 5.724/2016 e os demais projetos integrantes do bloco encabeçado pelo Projeto de Lei n. 4.500/2001 tratam de matérias correlatas.	31/08/2016	Romeu Tuma	PMDB	ES
243	<a href="#">PLS 236/2012</a>	Reforma do Código Penal Brasileiro	Senado Federal	código penal	O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relator da Reforma do Código Penal Brasileiro o Senador Antonio Anastasia (art. 374, II, do Regimento Interno do Senado Federal).	15/09/2016	José Sarney	PMDB	AL
244	<a href="#">PLS 150/2015</a>	Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar criminalmente a discriminação ou preconceito de opção ou orientação sexual.	Senado Federal	direitos humanos; lgbt; gênero	O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relator da Reforma do Código Penal Brasileiro o Senador Antonio Anastasia (art. 374, II, do Regimento Interno do Senado Federal).	15/09/2016	Otto Alencar	PP	GO
245	<a href="#">PL 4471/2012</a>	Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941- Código de Processo Penal.	Câmara dos Deputados	código penal	Indeferido o Requerimento nº 4.681/2016, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o Requerimento n. 4.681/2016, nos termos do art. 142, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD.	04/11/2016	Paulo Teixeira (PT/SP), Fábio Trad (PMDB/MS, Delegado Protógenes (PCdoB/SP) e outros	PTB	GO
246	<a href="#">PL 543/2015</a>	Cria o corpo de Comissários Voluntários da Infância e da Adolescência, subordinado aos Juizes Titulares das Varas da Infância e da Juventude.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente	Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	08/11/2016	William Woo	PSD	SP

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
247	<a href="#">PL 544/2015</a>	Altera a redação do parágrafo único do artigo 2º e o parágrafo 5º do artigo 121 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1.990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; estatuto	Apensado ao PL7197/2002	10/11/2016	William Woo	PV	RO
248	<a href="#">PL 387/2015</a>	Altera dispositivos da lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; maioridade penal; imputabilidade penal; estatuto	Apensado ao PL7197/2002	10/11/2016	Alberto Fraga	DEM	SP
249	<a href="#">PL 922/2015</a>	Inclui a medida de internação nos casos de prática de ato infracional tipificado como crime hediondo.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; maioridade penal; imputabilidade penal; estatuto	Apensado ao PL7197/2002	10/11/2016	Capitão Augusto	PR	SP
250	<a href="#">PL 1243/2015</a>	Altera os artigos 2º, 108, 121 e 122 da Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; estatuto	Recebimento pela PL719702, apensado ao PL-7789/2014	10/11/2016	Dagoberto		
251	<a href="#">PL 1570/2015</a>	Altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer tempos máximos de aplicação de medidas socioeducativas e dá medidas correlatas.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; maioridade penal; imputabilidade penal; estatuto	Recebimento pela PL719702, apensado ao PL-7789/2014	10/11/2016	Cabo Sabino	PPS	PA
252	<a href="#">PL 4309/2012</a>	Altera a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que "dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental", para determinar a criação e a implantação de um sistema integrado de informações sobre a doença de Alzheimer.	Câmara dos Deputados	saúde mental; alzheimer	Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	28/12/2016	Eduardo Amorim	PMDB	RJ
253	<a href="#">PLS 513/2013</a>	Altera a Lei de Execução Penal	Senado Federal	lei de execução penal	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	21/03/2017	Renan Calheiros		
254	<a href="#">PLS 55/2015</a>	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, para prever exame criminológico, aumento do prazo de internação e não liberação automática aos 21 anos de idade de adolescente que cometeu ato infracional correspondente a crime hediondo ou equiparado.	Senado Federal	criança e adolescente; estatuto	Tendo em vista a deliberação da comissão de mérito sobre a prejudicialidade da presente matéria, a Presidência a declara prejudicada, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Arquivo.	26/04/2017	Otto Alencar	PR	CE
255	<a href="#">PEC 24/2015</a>	Altera o art. 46 da Constituição Federal, para destinar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para cada gênero.	Senado Federal	direitos humanos; mulher	Devolvido, às 15h11min, pela Senadora Simone Tebet. Matéria aguardando distribuição.	27/04/2017	Marta Suplicy	PDT	RS
256	<a href="#">PLS 90/2015</a>	Altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 11.340, de 7 de agosto de 2.006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade.	Senado Federal	criança e adolescente; idoso; mulher; mecanismos de proteção; delegado	A Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Regina Sousa, designa o Senador Randolfe Rodrigues como Relator do Projeto. O processado da matéria legislativa permanecerá na Secretaria da Comissão durante o transcurso de sua tramitação, conforme art. 6º da Instrução Normativa da Secretaria Geral da Mesa nº 4 de 2015.	08/05/2017	Humberto Costa	PT	SP

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
257	<a href="#">PL 7430/2017</a>	Altera os artigos 122 e 132 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer incidência do crime de perigo para a vida ou saúde de outrem sobre a conduta de induzir ou instigar, por disseminação em meios informáticos, eletrônicos, digitais ou comunicação em massa, a automutilação ou outros perigos de vida e saúde e determinar aumento de pena para o induzimento ao suicídio com utilização desses meios. (PL Baleia Azul).	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; suicídio; baleia azul	<a href="#">Apensado ao PL 7047/2017</a>	09/05/2017	Aureo	PP	MT
258	<a href="#">PLP 40/2015</a>	Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os condenados por crimes contra a mulher e por crimes hediondos.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; mulher;	Recebimento pela CMULHER, apensado ao PLP-367/2017	11/05/2017	Brunny	PMDB	BA
259	<a href="#">PLP 367/2017</a>	Altera o inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegíveis os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, por praticar ou concorrer para crime de submissão de criança ou de adolescente à prostituição ou à exploração sexual.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; exploração sexual	Designada Relatora, Dep. Maria do Rosário (PT-RS)	18/05/2017	Cristovam Buarque	PT	TO
260	<a href="#">PL 65/2003</a>	Proíbe a criação de novos cursos médicos e a ampliação de vagas nos cursos existentes, nos próximos dez anos e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	medicina	Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 6538/2017, pelo Deputado Juscelino Filho (DEM-MA), que: "Requer a Inclusão da Matéria na Ordem do Dia".	24/05/2017	Arlindo Chinaglia		
261	<a href="#">PL 335/2015</a>	Assegura às pessoas que mantenham união estável homoafetiva o direito à inscrição, como entidade familiar, nos programas de habitação desenvolvidos pelo Governo Federal e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero; programas de habitação	Designada Relatora, Dep. Luiza Erundina (PSOL-SP)	29/05/2017	Wadson Ribeiro	PROS	ES
262	<a href="#">PLS 160/2014</a>	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para introduzir os conceitos de ato infracional de violência extrema e de responsabilidade infracional progressiva nas medidas de internação.	Senado Federal	criança e adolescente; ato infracional	O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Edison Lobão, designa Relatora da matéria a Senadora Lídice da Mata.	01/06/2017	Amando Monteiro	PSDB	SE
263	<a href="#">PL 42/2015</a>	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para reconhecer o direito de acesso ao atendimento policial especial ininterrupto como direito fundamental da mulher.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; mulher	Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS).	28/06/2017	Sergio Vidigal	PT	ES
264	<a href="#">PEC 32/2015</a>	Altera a redação dos artigos 14 e 228 da Constituição Federal, para estabelecer a plena maioria civil e penal aos dezesseis anos de idade.	Câmara dos Deputados	maioridade penal; imputabilidade penal	Parecer do Relator, Dep. Pastor Eurico (PHS-PE), pela admissibilidade.	06/07/2017	Gonzaga Patriota	PSB	PA

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
265	<a href="#">PLS 7582/2014</a>	Define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los, nos termos do inciso III do art. 1º e caput do art. 5º da Constituição Federal, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; crimes de ódio e intolerância	À CDHM, cópia do Of. 416/2017/GAB-SEPP/IR/SEPP/IR-MJ, da Sra. Ministra de Estado de Direitos Humanos.	11/07/2017	Maria do Rosário	DEM	SE
266	<a href="#">PL 788/2015</a>	Acrescenta dispositivo à Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; mulher; violência	Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-5001/2016	28/07/2017	Rejane Dias	PMDB	AP
267	<a href="#">PL 5654/2016</a>	Altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a assistência à saúde integral, promovida pelo Poder Público, à presa gestante, bem como para vedar a utilização de algemas em mulheres em trabalho de parto.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lei de execução penal; gestante	Designado Relator, Dep. Francisco Floriano (DEM-RJ)	01/08/2017	Maria do Carmo Alves	PSDB	MG
268	<a href="#">PLS 470/2013</a>	Dispõe sobre o Estatuto das Famílias e dá outras providências.	Senado Federal	direitos humanos; estatuto das famílias	Recebido ofício nº 418/2017 do Ministério dos Direitos Humanos solicitando agilidade da apreciação e aprovação do Projeto. Juntei o referido ofício às fls. 145/146.	03/08/2017	Lídice da Mata	PT	BA
269	<a href="#">PL 1518/2011</a>	Estabelece que será obrigatoriamente destinado para o desenvolvimento e manutenção da educação indígena e quilombola o percentual de 0,5% dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; educação; indígena	Apresentação do Requerimento de Desapensação n. 7009/2017, pela Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), que: "Requer a desapensação do Projeto de Lei nº 6.968/2013 do PL 1518/2001".	14/08/2017	Janete Rocha Pietá	PSDB	RN

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
270	<a href="#">PL 1383/2015</a>	Revoga o inciso I do art. 65 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; código penal	Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 7013/2017, pelo Deputado Capitão Augusto (PR-SP), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia dos Projetos de Lei (PL) 388/2015, que extingue a saída temporária de presos; PL 1383/2015, que revoa a previsão no Código Penal, como circunstância atenuante, o fato do réu ser menor de 21 anos, na data do fato, ou maior de 70 anos, na data da sentença; PL 6052/2016, que prevê a execução de pena em estabelecimentos penais federais; PL 1174/2015, que revoga dispositivo que permite reduzir pena de traficantes em até 2/3; PL 6556/2016, que aumenta a pena do crime de ingresso ou facilitação de entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional; e PL 5926/2016, que aumenta a pena do crime de ingresso ou facilitação de entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional".	15/08/2017	Capitão Augusto	DEM	SP
271	<a href="#">PL 3391/2012</a>	Estabelece prazo para que a União firme convênios com Estados, Distrito Federal e Municípios, com vistas ao cumprimento de disposições constitucionais e legais e altera artigos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Explicação da ementa: Estabelece o prazo de cento e vinte dias para adequação e construção de estabelecimentos penais. Autoriza o condenado a cumprir pena fora da comarca onde ocorrer a condenação.	Câmara dos Deputados	lei de execução penal; estabelecimentos penitenciários	Devolvido sem manifestação pelo Relator não-membro.	15/08/2017	Carlos Bezerra	PT	DF
272	<a href="#">PL 6989/2017</a>	Altera o Marco Civil da Internet, Lei no 12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet.	Câmara dos Deputados	suicídio; marco civil da internet	Parecer do Relator, Dep. Junior Marreca (PEN-MA), pela aprovação deste, do PL 7047/2017, do PL 7170/2017, do PL 7458/2017, do PL 7460/2017, do PL 7917/2017, do PL 7430/2017, do PL 7441/2017, do PL 7506/2017, e do PL 7538/2017, apensados, com substitutivo	16/08/2017	Odorico Monteiro	DEM	MT
273	<a href="#">PL 6418/2005</a>	Define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; código penal; preconceito	Apense-se a este(a) o(a) PL-8150/2017.	17/08/2017	Paulo Paim	PSD	BA

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
274	<a href="#">PLC 96/2017</a>	Acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar e dá outras providências.	Senado Federal	direitos humanos; mulher; violência	Matéria aguardando distribuição.	04/09/2017	Rosangela Gomes	PT	PR
275	<a href="#">PL 8032/2014</a>	Amplia a proteção de que trata a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - às pessoas transexuais e transgêneros.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero; lei maria da penha	Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CDHM, pela Deputada Maria do Rosário (PT-RS).	05/09/2017	Jandira Feghali	PSDB	GO
276	<a href="#">PLS 163/2017</a>	Institui a Semana Nacional de Valorização da Vida, para estimular o trabalho integrado e multidisciplinar destinado ao combate das causas e à redução do suicídio.	Senado Federal	suicídio	Em reunião realizada em 05/09/2017, a apreciação da matéria foi adiada.	05/09/2017	Garibaldi Alves Filho		
277	<a href="#">PL 8330/2015</a>	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22".	Câmara dos Deputados	direitos humanos; mulher; violência	Aprovado por Unanimidade o Parecer.	04/10/2017	Humberto Costa	PSB	RJ
278	<a href="#">PL 478/2007</a>	Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; estatuto do nascituro	Aprovado requerimento do Sr. Diego Garcia que Requer a realização de Audiência Pública para discutir o PL 478/2007, que dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências.	04/10/2017	Luiz Bassuma - PT/BA , Miguel Martini - PHS/MG	DEM	SP
279	<a href="#">PL 1454/2015</a>	Institui a Semana Nacional de Combate a Sexualização de Crianças e Adolescentes.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; sexualidade	Discutiram a Matéria: Dep. Fábio Sousa (PSDB-GO), Dep. Maria do Rosário (PT-RS), Dep. Pastor Eurico (PHS-PE), Dep. Erika Kokay (PT-DF), Dep. Marcos Rogério (DEM-RO), Dep. Delegado Éder Mauro (PSD-PA) e Dep. Chico Alencar (PSOL-RJ). Aprovado o Parecer.	04/10/2017	Roberto Alves	PPS	DF
280	<a href="#">PLC 101/2017</a>	Agiliza procedimentos relacionados à destituição de poder familiar e à adoção de crianças e adolescentes.	Senado Federal	criança e adolescente; adoção	Recebimento do Ofício nº 620/2017 (CN) comunicando veto parcial e encaminhando cópia da Mensagem e autógrafo do projeto vetado.	28/11/2017	Augusto Coutinho	PDT	ES
281	<a href="#">PL 3212/2015</a>	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para caracterizar o abandono afetivo como ilícito civil.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; abandono afetivo	Transformado na Lei Ordinária 13509/2017	28/11/2017	Marcelo Crivella	PMDB	PR
282	<a href="#">PL 3123/2012</a>	Dispõe sobre privatização dos estabelecimentos penitenciários.	Câmara dos Deputados	lei de execução penal; estabelecimentos penitenciários	Apresentação do Parecer do Relator, PRL 3 CTASP, pelo Dep. Leonardo Monteiro	06/12/2017	Alexandre Leite	PCdoB	MG
283	<a href="#">PL 7187/2014</a>	Dispõe sobre o controle, a plantação, o cultivo, a colheita, a produção, a aquisição, o armazenamento, a comercialização e a distribuição de maconha (cannabis sativa) e seus derivados, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	saúde; maconha; produção	Apense-se a este(a) o(a) PL-158/2015.	13/12/2017	Eurico Júnior	PT	AL

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
284	<a href="#">PL 7005/2013</a>	Acrescenta os §§ 3º e 4º na Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para estabelecer a possibilidade de subscrição eletrônica para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular.	Câmara dos Deputados	cidadania; projeto de lei; iniciativa popular	Alteração do Regime de Tramitação desta proposição em virtude da alteração do regime do PL 7574/2017, por ter sido aprovado o REQ 6542/2017 => PL 7574/2017 que está apensado ao primeiro.	13/12/2017	Serys Shessarenko	PT	DF
285	<a href="#">PLS 612/2011</a>	Altera os arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo.	Senado Federal	direitos humanos; lgbt; gênero; união civil	Matéria não apreciada na sessão de 13/12/2017, transferida para a sessão deliberativa de 14/12/2017.	13/12/2017	Marta Suplicy	PP	PI
286	<a href="#">PLC 7/2016</a>	Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para definir normas gerais para a composição das equipes policiais de atenção à mulher vítima de violência doméstica ou familiar.	Senado Federal	direitos humanos; mulher; violência	Recebimento do Ofício nº 662/2017 (CN) comunicando resultado da apreciação do veto. Resultado: mantido o veto parcial.	13/12/2017	Sergio Vidigal	PRB	RJ
287	<a href="#">PL 1618/2011</a>	Dispõe sobre a criação de código de acesso telefônico para informações e orientação sobre métodos contraceptivos e aborto.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; mulher; métodos contraceptivos; aborto	Arquivado nos termos do art. 133 do RICD (rejeição nas Comissões de mérito).	14/12/2017	Roberto Britto	PRB	SP
288	<a href="#">PL 629/2015</a>	Dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Pedófilos.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; pedofilia; cadastro nacional de pedófilos	Aprovada na CCJC	20/12/2017	Vitor Valim	PROS	RJ
289	<a href="#">PLS 113/2012</a>	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para incluir as transferências voluntárias relativas a ações de combate à violência contra a mulher entre aquelas que não são passíveis de restrição.	Senado Federal	direitos humanos; mulher; lei de responsabilidade fiscal	Aguardando inclusão em ordem do dia do Requerimento nº 825, de 2016, de tramitação conjunta.	03/04/2018	Marta Suplicy	PMDB	BA
290	<a href="#">PL 7197/2002</a>	Dispõe sobre a permissão da aplicação de medidas sócio-educativas aos infratores que atingirem a maioria penal.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; maioria penal; imputabilidade penal; estatuto	Apresentação do Requerimento de Prorrogação de prazo de Comissão Temporária n. 8407/2018, pela Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7197.	11/04/2018	Ademir Andrade	PSB	PE
291	<a href="#">PLS 119/2015</a>	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o uso do “botão do pânico” no cumprimento das medidas protetivas de urgência.	Senado Federal	direitos humanos; mulher, violência; botão do pânico	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	12/04/2018	Maria do Carmo Alves	PP	SP

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
292	<a href="#">PLS 233/2009</a>	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) com a finalidade de dar nova disciplina ao livramento condicional no caso de condenação por crimes contra a liberdade sexual.	Senado Federal	direitos humanos; mulher; violência sexual; código penal	IA Ação: Na 30ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, é realizada Audiência Pública destinada à instrução da matéria, conforme Requerimento nº 22, de 2017-CCJ, de iniciativa do Senador Antonio Anastasia, com a presença dos seguintes convidados: DOUGLAS FISCHER, Procurador Regional da República; PIERPAOLO CRUZ BOTTINI, Advogado e Professor da Universidade de São Paulo - USP; MARCELO TURBAY, Advogado, representante do senhor ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO, Advogado; LUÍS GRECO, Professor da Universidade de Augsburg; ALAOR CARLOS LOPES LEITE, Professor da Universidade de Augsburg; GUSTAVO DE OLIVEIRA QUANDT, Defensor Público da União - DPU; FREDERICO GOMES DE ALMEIDA HORTA, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Justifica ausência a senhora MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA, Ministra do Superior Tribunal de Justiça – STJ. Usam da palavra os Senadores Antonio Anastasia, Lasier Martins, a Senadora Simone Tebet e o Senador Edison Lobão, Presidente da CCJ.	17/04/2018	COMISSÃO - CPI - Pedofilia - 2008	PT	RS
293	<a href="#">PL 4655/2009</a>	Caracteriza como sobrepena as situações degradantes, tais como: superlotação carcerária, maus tratos, tortura e falta de assistência médica e psicológica sofrida pelos reclusos ou detentos, implicando em redução da pena.	Câmara dos Deputados	lei de execução penal; sobrepena	Designado Relator, Dep. Wadih Damous	24/04/2018	Glauber Braga	PT	RS
294	<a href="#">PL 4592/2016</a>	Institui o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia, a ser celebrado no dia 12 de abril.	Câmara dos Deputados	saúde; psicofobia	CDHM	25/04/2018	Paulo Davim	PSDB	CE
295	<a href="#">PL 5002/2013</a>	Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero	À CDHM o Ofício 179/17, da Rede Nacional de Pessoas Trans.	25/04/2018	Jean Wyllys (PSOL/RJ) e Érika Kokay (PT/DF)		
296	<a href="#">PL 238/2015</a>	Dispõe sobre normas de equidade de gênero e raça, de igualdade das condições de trabalho, de oportunidade e de remuneração no serviço público.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; serviço público	Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CDHM, pelo Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA).	25/04/2018	Luiz Couto	PROS	ES
297	<a href="#">PLS 291/2015</a>	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero.	Senado Federal	direitos humanos; lgbt; gênero; código penal; injúria	CCJ - pronta para pauta na comissão	26/04/2018	Gleisi Hoffmann	PMDB	CE

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
298	<a href="#">PL 349/2015</a>	Dispõe sobre o combate à violência e à discriminação político-eleitorais contra a mulher.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; mulher	Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CCJC, pela Deputada Shéridan (PSDB-RR).	27/04/2018	Rosangela Gomes	PSDB	PR
299	<a href="#">PL 622/2015</a>	Dispõe sobre a proibição do uso de recursos públicos para contratação de artistas que, em suas músicas, desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento, ou contenham manifestações de homofobia, discriminação racial ou apologia ao uso de drogas ilícitas.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; mulher; violência	Aprovado parecer da relatora Erika Kakay, com Substitutivo	02/05/2018	Moema Gramacho	PMDB	RJ
300	<a href="#">PL 6424/2013</a>	Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, no caso de violência contra transexuais, travestis, lésbicas, bissexuais e gays que forem atendidos em serviços de saúde públicos ou privados.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero	À CDHM o Ofício 179/17, da Rede Nacional de Pessoas Trans.	04/05/2018	Paulão	PMDB	MT
301	<a href="#">PL 8045/2010</a>	Código de Processo Penal.	Câmara dos Deputados	código penal	Apense-se a este(a) o(a) PL-7828/2017. Inteiro teor Deferido parcialmente o Requerimento n. 7.161/17, conforme despacho do seguinte teor: "Revejo parcialmente a decisão referida em epígrafe, para deferir a retirada dos Projetos de Lei n. 1.800/2011 e 1.843/2011, tendo em vista a ineficácia dos pareceres a eles aprovados pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e a consequente inaplicabilidade do § 1º do art. 104 do RICD. Apense-se o Projeto de Lei n. 7.828/2017 ao Projeto de Lei 8.045/2010. Deferido parcialmente o Requerimento n. 7.161/17, conforme despacho do seguinte teor: "Revejo parcialmente a decisão referida em epígrafe, para deferir a retirada dos Projetos de Lei n. 1.800/2011 e 1.843/2011, tendo em vista a ineficácia dos pareceres a eles aprovados pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e a consequente inaplicabilidade do § 1º do art. 104 do RICD. Apense-se o Projeto de Lei n. 7.828/2017 ao Projeto de Lei 8.045/2010.	23/05/2018	José Sarney	PT	RJ
302	<a href="#">PL 6/2015</a>	Fica instituída a Semana de Orientação sobre a Gravidez na Adolescência, na primeira semana de maio.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; gravidez	Comissão de Educação ( CE )	04/06/2018	Ricardo Barros	SD	SP

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
303	<a href="#">PL 580/2007</a>	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para dispor sobre o contrato civil de união homoafetiva.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; lgbt; gênero; união civil	PLENÁRIO ( PLEN ) Apresentação do Requerimento de Reconstituição de proposição n. 8796/2018, pela Comissão de Seguridade Social e Família, que: "Requer reconstituição dos autos de proposições em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família".	06/06/2018	Clodovil Hernandes		
304	<a href="#">PL 7307/2014</a>	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1.990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever sanções à criança e ao adolescente estudante que desrespeitar as regras de conduta da instituição de ensino na qual estiver matriculado.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; estatuto	PLENÁRIO ( PLEN ) Apresentação do Requerimento de Reconstituição de proposição n. 8796/2018, pela Comissão de Seguridade Social e Família, que: "Requer reconstituição dos autos de proposições em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família".	06/06/2018	Rogério Peninha Mendonça	PSB	CE
305	<a href="#">PL 206/2003</a>	Acrescenta um parágrafo ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, versando sobre a justa causa na rescisão de contrato de trabalho em caso de alcoolismo.	Câmara dos Deputados	saúde; clt; alcoolismo	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Parecer do Relator, Dep. Odorico Monteiro (PSB-CE), pela rejeição do Substitutivo do Senado ao PL 206/2003.	06/06/2018	Roberto Magalhães	PMDB	SC
306	<a href="#">PLS 658/2011</a>	Reconhece os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais.	Senado Federal	direitos humanos; lgbt; gênero; nome social	CCJC	06/06/2018	Marta Suplicy	PTB	DF
307	<a href="#">PLS 757/2015</a>	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada.	Senado Federal	direitos humanos; pessoas com deficiência	Relatora Senadora Lídice da Mata.	07/06/2018	Antônio Carlos Valadares e outros	PSB	SE
308	<a href="#">PL 7764/2014</a>	Modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), fixando parâmetros sobre o direito dos internos e condenados à visitação e estabelece regras mínimas para a revista das pessoas no âmbito do sistema penitenciário nacional.	Câmara dos Deputados	lei de execução penal	Designado Relator, Dep. Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA)	08/06/2018	Ana Rita	DEM	SE
309	<a href="#">PL 44/2015</a>	Dá nova redação ao inciso II do art. 35 da Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, substituindo o termo "menor" pela expressão "crianças e adolescentes, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; lei maria da penha	Parecer da Comissão de Finanças e Tributação Publicado em avulso e no DCD de 12/06/2018, Letra C.	11/06/2018	Sergio Vidigal	PTB	RR
310	<a href="#">PL 289/1999</a>	Dispõe que as penitenciárias deverão destinar alojamento separado para presidiário "aidético", portador do vírus HIV.	Câmara dos Deputados	lei de execução penal; portadores de hiv	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-156/2015.	13/06/2018	Marçal Filho	PSB	PE

Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Núm.	Projeto de Lei	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
311	<a href="#">PDC 1460/2014</a>	Susta os efeitos da resolução que dispõe sobre a abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança e ao adolescente.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; publicidade	Indeferido o Requerimento n. 4.912/2016, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o Requerimento n. 4.912/2016, porque a matéria versada no Projeto de Decreto Legislativo n. 1.460/2014 não se enquadra no campo temático da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, delimitado no inciso VI do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	13/06/2018	Milton Monti	PR	SP
312	<a href="#">PL 7419/2006</a>	Dispõe sobre a cobertura de despesas de acompanhante de menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar.	Câmara dos Deputados	saúde; criança e adolescente	<u>Apense-se a este(a) o(a) PL-9940/2018. Inteiro teor</u>	13/06/2018	Luiz Pontes	PSDB	CE